Claro S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas: A Administração da Claro S.A. ("Claro" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. **1 - Introdução:** A Claro S.A. é uma Companhia de capital fechado, sediada em São Paulo, constituída em 7 de abril de 1992. A Companhia é controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México. A Companhia, diretamente ou por meio de suas controladas diretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, sendo todos esses negócios regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A Companhia detém o controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes controladas: • Telmex do Brasil S.A. ("Telmex do Brasil") - empresa que presta serviços de comunicação de dados e de *internet*. • BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter") - operadora de *Call Center*. • Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc") - empresa que atua na importação e venda de equipamentos. • Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México) - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. • IMusica LLC (EUA) - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. • Ideas Musicales S.A. (Argentina) - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. • Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia) - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. Em 19 de setembro de 2019 a Companhia adquiriu 40% do capital social da Ustore Software e Serviços de Informática S.A., empresa que atua em soluções de tecnologia da informação em ambientes Multi Cloud híbridos. Em 18 de dezembro de 2019 a acionista América Móvil concluiu a aquisição de 100% da Nextel Telecomunicações Ltda. e outras empresas a estas relacionadas, reforçando seu posicionamento na prestação de serviços de telecomunicações móveis no país. A aquisição da Nextel reforça a atuação mercadológica do grupo América Móvil no país, substancialmente nos dois principais centros urbanos, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Além de contribuir para o crescimento da base de assinantes e para maior geração de receita, a aquisição potencializa os diferenciais de nossa rede móvel, ao aliar ainda mais capacidade, cobertura e qualidade. • **Cenário Econômico:** Apesar das incertezas e do desiquilíbrio estrutural das contas públicas, o governo federal, cercado de expectativas mais positivas, iniciou 2019 trabalhando em prol da aprovação de reformas constitucionais emergenciais, da contenção das despesas governamentais e da retomada do crescimento econômico em níveis mais robustos. Objetivando aquecer a economia, gerar empregos e estimular os investimentos, o governo fez sucessivas reduções da taxa básica de juros, que encerrou o ano de 2019 a 4,50% a.a., 30,8% abaixo da taxa de encerramento de 2018, que foi de 6,50% a.a. No entanto, os resultados obtidos no ano de 2019 ficaram abaixo das expectativas. A reforma da previdência, uma das mais importantes para o equilíbrio fiscal do país, foi aprovada somente no final do ano. Outras reformas estruturais importantes, como a administrativa e a tributária, ficaram para a agenda de 2020. A taxa de desemprego no país permaneceu muito alta ao longo do ano, afetando negativamente o consumo e pressionando o endividamento das famílias. O PIB do país cresceu 1,1%, menor avanço em três anos, afetado principalmente pela perda de ritmo no consumo das famílias e nos investimentos privados. A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2019 cotada a R$4,0307, 4,02% acima da taxa de 2018. O grande desafio para 2020 é buscar um nível de crescimento mais acelerado da economia brasileira. No entanto, a expectativa de melhoria mais significativa da economia doméstica tem sido reduzida, pelo menos neste início de ano, em função de um cenário econômico mundial mais adverso, decorrente principalmente da expansão do COVID-19. A Administração está atenta, se organizando e tomando as medidas necessárias com vistas a minimizar os efeitos nos negócios da Companhia em decorrência do COVID-19. **2 - Desempenho Operacional:** A Claro e suas controladas, apesar de todos os desafios decorrentes do cenário econômico no país, obtiveram em 2019 uma destacada performance operacional nos mercados em que atuam. **Serviços Móveis:** Dando continuidade à sua estratégia de investimentos na rede móvel, aliada ao lançamento de produtos inovadores e à melhor experiência do cliente, a Claro continua liderando o crescimento no segmento pós-pago, tendo crescido 1,5 p.p. de *Market Share* nos últimos doze meses, alcançando 25% de participação de mercado em dezembro de 2019, um aumento de 4 milhões de linhas na comparação anual. A base de assinantes do segmento pré-pago alcançou 27 milhões em dezembro de 2019. Mesmo em um cenário de redução do número total de linhas ativas, nosso portfólio de pré-pago continua atraindo clientes qualificados, com crescimento de ARPU, e sendo uma importante fonte de migração para nossos planos controle. Encerramos o ano com um total de 54,5 milhões de clientes móveis, mantendo a liderança na portabilidade por uma grande margem, registrando um recorde no volume de portabilidade numérica. A Claro se destaca desde o lançamento e acelerada implantação do 4.5G no Brasil, e recentemente obteve as melhores avaliações na Pesquisa Anual de Qualidade da Anatel. Possui a melhor cobertura 4.5G, com 71,1% da população beneficiada por uma rede móvel de melhor performance. **Serviços Residenciais de dados e banda larga:** A Claro segue liderando o crescimento do mercado de banda larga fixa no Brasil com 9,4 milhões de clientes - participação de mercado de 28,8%. Como resultado do investimento constante para incrementar a velocidade de nossas conexões, no segmento de "*ultrabroadband*" (conexões acima de 34 Mbps) alcançamos 5,9 milhões de acessos, mantendo nossa sólida liderança com 47,0% de participação de mercado neste segmento, tendo capturado 35,8% do crescimento em 2019, equivalente a mais de 1,7 milhões de clientes. Nossa presença no FTTH (*Fiber to the Home*) alcançou 68 novas cidades, com expressiva participação de mercado nessas localidades. **TV por assinatura:** A Claro é o provedor líder de serviços de TV por assinatura para clientes residenciais no Brasil, com aproximadamente 7,8 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2019, equivalente a 49,2% de participação de mercado, disponibilizando a maior oferta de conteúdo no Brasil. Nossa plataforma VOD (*Video On Demand*) alcançou 60 mil títulos e mais de 1 bilhão de transmissões em 2019. A Claro oferece pacotes integrados de serviços, incluindo serviços *quad-play*, que combinam TV por assinatura, *internet* banda larga, serviços de telefonia móvel e serviços de telefonia fixa. Na plataforma DTH (*Direct To Home*), seguimos com a estratégia de focar em melhoria da rentabilidade e em base de clientes mais qualificada através da Claro TV. **Telefonia Fixa, Serviços e Produtos:** A telefonia fixa convencional, que permite ao usuário fazer chamadas locais, de longa distância e internacionais para qualquer telefone, encerrou 31 de dezembro de 2019 com cerca de 9,7 milhões de linhas e está disponível em todo o território nacional. A rede de cabos submarinos da Claro atinge todos os continentes, para fornecer serviços de telecomunicações. Para completar a sua rede, a Claro utiliza sistemas de micro-ondas de longa distância, em áreas onde a instalação de cabos de fibra óptica é mais difícil, além de uma frota de satélites para fornecer serviços para locais remotos no interior do país. Também oferece serviços de telefonia local para seus clientes residenciais Claro Fixo, via tecnologia sem fio CDMA. A Companhia encerrou 2019 com mais de 110 mil quilômetros de cabos que passam por cerca de 31,8 milhões de casas. **Mercado Corporativo:** Mantivemos nossa liderança em receitas e participação de mercado para grandes clientes corporativos em voz, dados, *internet*, redes gerenciadas e mobilidade. Adicionamos 15,6 mil novos acessos de banda larga e 843,1 mil novos acessos de M2M (*Machine to Machine*)/IOT (*Internet Of Things*). Além disso, continuamos a acelerar o crescimento em serviços de TI, com aumento significativo nas vendas de soluções digitais. Seguimos com nosso propósito de ser reconhecido e valorizado pelos nossos clientes como um *Trusted Advisor*, tanto em telecomunicações quanto em TI, com fortalecimento de nosso portfólio B2B, com destaque em: (i) Serviços de Segurança - Soluções para mitigação de ataques cibernéticos, protegendo as empresas das ameaças de um mundo cada vez mais conectado, integrado e virtualizado. Adicionalmente, suportamos as empresas a se adequarem à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). (ii) *Customer Experience* - Soluções completas e integradas em múltiplos canais, para garantir mais qualidade e interação, viabilizando uma nova experiência no atendimento aos clientes. (iii) Serviços de Valor Agregado - Oferecemos soluções que proporcionam mais eficiência aos nossos clientes, agregando Automação, Analytics, Inteligência Artificial e Serviços Gerenciados Integrados. (iv) *IT & Telecom* - Adequação de nossas Redes e Infraestrutura para suportar a entrega de serviços convergentes (TIC) e personalizados, com melhor performance e relação custo x benefício. (v) *Big Data & Analytics* - A Embratel é pioneira na oferta de soluções baseadas em *Big Data & Analytics*, através do uso de dados combinado com técnicas de *machine learning* para produção de análises descritivas e preditivas. Disponibiliza soluções de análise comportamental para proteção ao crédito, prevenção a fraudes, planejamento urbano, além de modelos estatísticos para apontamento de potenciais regiões para atuação de negócios. Soluções estas em conformidade com a nova lei LGPD. **Satélites de Comunicações:** A Companhia atua neste mercado satelital de duas formas: com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (circuitos para dados e voz, *internet* e televisão) e fornecendo capacidade satelital para diferentes aplicações, como televisão (banda C e banda Ku) e redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina. Em 2017, a empresa assinou contrato para a construção de um novo satélite, o Star One D2, com previsão da entrada em operação comercial no segundo semestre de 2020. O D2 será equipado com Banda Ka para atender às demandas de *backhaul* de telefonia celular, Plano Nacional de Banda Larga e mercado corporativo. Também será equipado com as bandas C e Ku, complementando as ofertas de capacidade para demandas de dados, vídeo e *Internet* de clientes corporativos e governo, além de ampliar as redes de *backhaul* celular existentes em Banda Ku. O Star One D2 ocupará a posição orbital de 70° W e também garantirá a continuidade dos serviços em Banda C e Ku do Star One C2, incluindo TV por assinatura. O novo satélite atenderá a órgãos do Governo e grandes empresas que atuam no Brasil e em todas as Américas do Sul e Central, incluindo o México. O alcance das novas coberturas do satélite Star One D2 soma-se ao dos satélites já em operação, Star One C1, C2, C3, C4 e D1, refletindo a visão da empresa em expandir negócios de provimento de capacidade satelital em toda a América Latina, fortalecendo sua posição de liderança regional. **3 - Setor de Telecomunicações: Regulatório:** A Companhia, por meio de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas à regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Ao longo de 2019, foram publicados importantes regulamentos como o novo Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL, que introduz um modelo consolidado de aferição da qualidade para todos os serviços (em substituição a 4 regulamentos), trazendo o conceito da regulação responsiva, com uma linguagem mais próxima a visão usuário/cliente por meio de selos que definem a qualidade das prestadoras além da importante adequação dos regulamentos de uso das faixas de 2.3GHz e 3.5GHz, fundamentais para que o próximo leilão ocorra já considerando a melhor opção para a plena utilização das faixas.Em 2019 também foi sancionada a Lei 13.879/2019, que atualiza diversos preceitos da Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9.472/2019), entre eles, a possibilidade de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização, bem como a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência das outorgas. No campo das telecomunicações por satélite, a lei traz duas importantes alterações no sentido de ajustar os procedimentos de conferência e prorrogação de direitos de exploração, buscando adaptar-se às práticas internacionais. A Companhia envidou máximos esforços no atendimento das obrigações regulatórias e ampliação das oportunidades de desenvolvimento do setor, tendo, ao final de 2018, obtido junto com os demais membros do GIRED (Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV) a liberação total da faixa de 700MHz para implementação do LTE em todos os municípios brasileiros. **4 - Governança Corporativa:** Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia e suas controladas. Para isso, a Claro dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Normas, Atas de Reunião e Código de Ética, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente. Nosso Conselho de Administração é composto por 7 membros, todos eleitos em Assembleia Geral. Em atendimento a Lei Sarbanes Oxley ("SOX"), a Companhia mantém nível adequado de controles internos e, na condição de investimento relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE (New York Stock Exchange), no cumprimento das exigências da Lei SOX. A Administração da Claro avalia que a aplicação das exigências da SOX traz relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribui para a sedimentação da cultura de controles internos. Nosso Código de Ética reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Código de Ética também está alinhado com a Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/2013 e a Lei Americana Anticorrupção FCPA. O Comitê de Ética reúne-se periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas. **5 - Investimentos: Investimentos no país:** A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, focando sempre na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Em 2019, a Companhia investiu R$8,6 bilhões, direcionados principalmente para ampliação e modernização de nossa infraestrutura de rede e para instalação de serviços prestados a clientes. **6 - Desempenho Financeiro:** A partir de 1º de janeiro de 2019 passou a vigorar uma nova norma contábil - IFRS16/CPC06, que, em termos gerais, requer que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes de arrendamentos, passando o resultado a refletir os encargos da depreciação e financeiros sobre os ativos e passivos reconhecidos. Por essa razão, os resultados apurados sob esta nova norma não são totalmente comparáveis aos divulgados em anos anteriores.

R$ Milhões	4T19	4T18	Δ%	12M19	12M18	Δ%
Receita Líquida Total	**9.014,6**	**8.045,7**	**12,0%**	**35.186,0**	**32.280,8**	**9,0%**
Serviços	8.581,6	7.568,1	13,4%	33.646,4	30.582,6	10,0%
Receita Móvel	3.280,3	2.447,1	34,0%	12.342,6	9.289,4	32,9%
Receita Fixa e Outros	5.301,3	5.121,0	3,5%	21.303,9	21.293,2	0,1%
Aparelhos	332,0	332,4	-0,1%	1.123,3	1.103,9	1,8%
Interconexão	101,0	145,1	-30,4%	416,3	594,3	-30,0%
EBITDA	**3.577,4**	**3.466,8**	**3,2%**	**13.947,5**	**12.389,1**	**12,6%**
Margem EBITDA	*39,7%*	*43,1%*	*-3,4 p.p.*	*39,6%*	*38,4%*	*1,3 p.p.*
EBITDA recorrente	**3.577,4**	**2.901,8**	**23,3%**	**13.947,5**	**11.390,1**	**22,5%**
Margem EBITDA Recorrente	*39,7%*	*36,1%*	*3,6 p.p.*	*39,6%*	*35,3%*	*4,4 p.p.*

A receita líquida total do quarto trimestre de 2019 aumentou 12,0% em relação ao mesmo período de 2018. A receita de serviços móveis cresceu 34,0% no quarto trimestre de 2019 em relação ao quarto trimestre de 2018. Destaque para a receita de serviços pós-pago, impulsionada por planos com voz ilimitada, *internet* de alta qualidade e serviços digitais, como Claro Música e Claro Vídeo, de alto valor agregado. Em relação aos serviços fixos, destaque para a banda larga residencial, que segue em ritmo acelerado, tendo crescido 10% no 4º trimestre de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018. Atingimos no acumulado do ano de 2019 uma margem EBITDA de 39,6%, mantendo nossa jornada de melhoria contínua da rentabilidade dos negócios, com a busca incessante de otimização dos custos, principalmente através de ganhos de eficiência operacional e digitalização de processos. Descontando os efeitos da adoção da norma contábil IFRS16 e de eventos não recorrentes em 2018, a margem EBITDA em 2019 cresceu 4,4 p.p. na comparação do acumulado do ano. **7 - Responsabilidade Social: Instituto Claro e Responsabilidade Social Corporativa:** Alinhando serviços e ações sociais para criar experiências que possam transformar a vida das pessoas, o Instituto Claro acredita que conexão é uma palavra-chave para transformar o mundo. As tecnologias da informação e da comunicação conectam pessoas e comunidades, formando pontes para o conhecimento e para o entretenimento e são também importantes ferramentas no desenvolvimento humano e social. Os projetos e iniciativas do Instituto são direcionados para dois pilares, educação e cidadania, e seu portal traz cobertura aprofundada de questões relacionadas a estas áreas. Com conteúdo exclusivo, o Instituto Claro democratiza o acesso à informação de qualidade em diferentes formatos, como reportagens, *podcasts* e vídeos, e disponibiliza planos de aula gratuitamente. A seguir destacamos algumas iniciativas do Instituto Claro: **Educação Inovadora:** Educonex@o: leva *internet* de qualidade e TV por assinatura para escolas, capacita professores e coordenadores pedagógicos para o uso de novas tecnologias digitais em sala de aula e oferece conteúdo atualizado e exclusivo *online*. Inovaç@o: incentivo ao empreendedorismo de jovens e *startups* ligados a soluções mobile e investindo na formação profissionalizante em telecomunicações. **Cidadania:** Os projetos valorizam o desenvolvimento humano e incentivam a participação dos colaboradores da Claro e familiares em ações sociais, buscando desenvolver as comunidades onde a empresa atua. **Parceria Unicef:** O Instituto é parceiro do Fundo das Nações Unidas (Unicef) no combate a distorção idade-série, problema que atinge 7 milhões de jovens estudantes no país, principalmente negros e indígenas. A intenção é construir uma rede que combata essa defasagem nas escolas, por meio de uma solução digital que disponibilize dados da escolaridade nos ensinos médio e fundamental. Além do monitoramento, a ferramenta pretende identificar boas práticas de ensino e criar novas parcerias com a sociedade civil para beneficiar estudantes e professores. **Doação pelo controle remoto da Claro NET HD:** Todos os anos, o SBT e a AACD realizam o Teleton, programa de televisão que, durante dois dias seguidos, busca sensibilizar o público e arrecadar doações voltadas a crianças com deficiência. Referência no tratamento de pessoas com deficiência física, a Associação de Assistência à Criança Deficiente utiliza as doações para manutenção e continuidade das 14 unidades distribuídas pelo Brasil. Em 2019, com o apoio do Instituto, os clientes Claro puderam participar e doar diretamente do controle remoto de sua TV por assinatura, pelo terceiro ano consecutivo. **Diálogos:** Em 2019, o Instituto Claro promoveu o evento "Diálogos Gigantes" que teve jovens de instituições parceiras como protagonistas. Além de construírem um manifesto, eles participaram de um debate sobre "Ideias que transformam: inovação e tecnologia para um futuro sustentável", que contou com a participação de um representante da ONU. **Conexão Voluntária:** Em 2019, com o apoio do Instituto Claro, a Claro lançou o programa Conexão Voluntária, construído junto com seus colaboradores. A plataforma une os voluntários cadastrados a necessidades das instituições parceiras. **Selo de Status Associativo:** O Instituto Claro é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça e é reconhecido pelo *Department of Global Communications* das Nações Unidas (DGC/ONU) com o selo de Status Associativo, que nos classifica como uma entidade sem fins lucrativos que promove ações em concordância com a Carta das Nações Unidas. Essa conquista reforça o compromisso que temos de contribuir localmente com os programas globais da ONU a fim de promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. **8 - Recursos Humanos:** Valorizar as pessoas é uma das premissas para manter um ritmo de crescimento forte, sustentável e, principalmente, para alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos pelo negócio. Em um ambiente de mudanças constantes como o setor de Telecomunicações, as pessoas precisam estar preparadas para interpretar a leitura dos cenários e oportunidades em planos de ação efetivos. Ao longo de 2019, a Claro deu continuidade a seu processo de transformação em busca de uma atuação cada vez mais digital e multisserviços, tendo o cliente e o colaborador no centro de suas ações. Para guiar e impulsionar esse movimento, a área de Recursos Humanos exerceu um papel fundamental, promovendo transformações importantes nos processos de atração e retenção de talentos, comunicação, treinamento e desenvolvimento. Alinhada à sua cultura organizacional, que valoriza as pessoas e a inovação, a Companhia investiu em uma plataforma digital que permite aos colaboradores gerenciar e serem protagonistas de suas próprias carreiras, por meio de uma experiência diferenciada. A Claro se mantém atenta em oferecer a melhor experiência na jornada dos colaboradores, construindo um ótimo ambiente onde todos tenham orgulho de trabalhar e pertencer. **Agradecimentos:** Sempre em busca de novos desafios, agradecemos a todos com quem nos relacionamos, a todos os funcionários das empresas controladas por esta Companhia pelo indispensável comprometimento e empenho no nosso desenvolvimento contínuo, à confiança de nossos clientes, ao apoio dos acionistas, dos governos, dos nossos fornecedores e à parceria de toda a comunidade.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**132.627**	62.844	**197.038**	92.114
Contas a receber, líquidas	5	**4.764.487**	4.733.119	**4.847.354**	4.804.252
Partes relacionadas	15	**2.269.086**	3.913.930	**1.460.621**	2.498.345
Estoques	6	**295.801**	338.360	**291.220**	331.121
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	**548.643**	2.810.966	**577.486**	2.875.117
Despesas antecipadas		**989.318**	768.119	**991.973**	781.853
Outros ativos contratuais		**224.789**	262.932	**224.789**	262.932
Ativo atuarial	16	**135.928**	–	**135.928**	–
Outros ativos		**196.388**	203.709	**211.517**	230.161
		9.557.067	13.093.979	**8.937.926**	11.875.895
Não circulante					
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	**1.836.305**	1.739.321	**1.845.649**	1.750.587
Tributos diferidos, líquidos	7.2	**7.333.060**	7.456.970	**7.386.192**	7.518.723
Depósitos judiciais	14	**3.373.656**	3.288.027	**3.383.832**	3.298.716
Ativo atuarial	16	**205.176**	393.675	**205.176**	393.675
Despesas antecipadas		**1.170.326**	901.583	**1.170.731**	919.530
Outros ativos contratuais		**11.883**	21.951	**11.883**	21.951
Outros ativos		**81.036**	156.947	**82.376**	158.287
Investimentos	8	**1.407.276**	1.322.424	**23.669**	19
Imobilizado	9	**40.662.737**	32.399.069	**41.410.570**	33.309.853
Intangível	10	**10.067.367**	10.329.562	**10.145.322**	10.382.865
		66.148.822	58.009.529	**65.665.400**	57.754.206
Total do ativo		**75.705.889**	71.103.508	**74.603.326**	69.630.101

	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	11	**8.772.707**	10.491.733	**9.012.879**	10.812.871
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	**1.533.503**	2.480.464	**1.533.503**	2.480.464
Obrigações fiscais, líquidas	13	**86.604**	112.752	**101.539**	160.837
Provisões	14	**478.409**	424.942	**495.269**	438.516
Partes relacionadas	15	**3.778.399**	6.041.790	**2.520.457**	3.916.872
Receitas diferidas		**50.823**	79.029	**50.823**	79.029
Passivo atuarial	16	**14.563**	16.216	**14.563**	16.216
Passivo de arrendamento	17	**1.519.640**	–	**1.495.140**	–
Outras obrigações		**412.240**	441.663	**434.681**	469.828
		16.646.888	20.088.589	**15.658.854**	18.374.633
Não circulante					
Fornecedores	11	**769.880**	342	**769.880**	342
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	**4.555.078**	2.601.198	**4.555.078**	2.601.198
Obrigações fiscais, líquidas	13	**145.018**	145.018	**145.177**	145.177
Provisões	14	**7.400.399**	7.178.193	**7.402.182**	7.189.607
Partes relacionadas	15	**22.336.815**	24.221.617	**22.336.815**	24.495.157
Passivo atuarial	16	**2.356.884**	1.486.564	**2.356.975**	1.486.876
Passivo de arrendamento	17	**4.724.383**	–	**4.648.612**	–
Receitas diferidas		**125.232**	151.032	**125.232**	151.032
Outras obrigações		**308.828**	122.346	**267.827**	77.243
		42.722.517	35.906.310	**42.607.778**	36.146.632
Patrimônio líquido	18				
Capital social		**18.738.787**	18.722.518	**18.738.787**	18.722.518
Reserva de capital		**1.203.490**	1.219.759	**1.203.490**	1.219.759
Reserva de lucros		**18.292**	(8.090)	**18.292**	(8.090)
Outros resultados abrangentes		**(736.030)**	(195.551)	**(736.030)**	(195.551)
Prejuízos acumulados		**(2.888.055)**	(4.630.027)	**(2.888.055)**	(4.630.027)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**16.336.484**	15.108.609	**16.336.484**	15.108.609
Participação dos não controladores		**–**	–	**210**	227
Total do patrimônio líquido		**16.336.484**	15.108.609	**16.336.694**	15.108.836
Total do passivo e patrimônio líquido		**75.705.889**	71.103.508	**74.603.326**	69.630.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva incentivos fiscais	Ganhos e perdas em transações de capital	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízo) acumulado	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	18.722.518	1.219.759	4.141	(12.231)	(176.571)	(6.783.831)	12.973.785	127	12.973.912
Efeitos de adoção IFRS 15	–	–	–	–	–	786.999	786.999	–	786.999
Saldo em 01 de janeiro de 2018	18.722.518	1.219.759	4.141	(12.231)	(176.571)	(5.996.832)	13.760.784	127	13.760.911
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	1.366.805	1.366.805	203	1.367.008
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	–	–	–	–	(118)	–	(118)	(103)	(221)
Atualização do passivo atuarial em controlada (Nota 16)	–	–	–	–	(18.862)	–	(18.862)	–	(18.862)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18.722.518	1.219.759	4.141	(12.231)	(195.551)	(4.630.027)	15.108.609	227	15.108.836
Aumento de capital (Nota 18)	**16.269**	**(16.269)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.772.549**	**1.772.549**	**76**	**1.772.625**
Efeito de outras movimentações de controladas	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(4.195)**	**(4.195)**	**–**	**(4.195)**
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.874)**	**–**	**(1.874)**	**(93)**	**(1.967)**
Atualização do passivo atuarial em controlada (Nota 16)	**–**	**–**	**–**	**–**	**(538.605)**	**–**	**(538.605)**	**–**	**(538.605)**
Reserva de incentivos fiscais (Nota 18)	**–**	**–**	**26.382**	**–**	**–**	**(26.382)**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**18.738.787**	**1.203.490**	**30.523**	**(12.231)**	**(736.030)**	**(2.888.055)**	**16.336.484**	**210**	**16.336.694**
			18.292						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional, líquida	19	**34.638.297**	29.502.516	**35.186.046**	32.280.757
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	20	**(19.040.051)**	(19.433.535)	**(19.477.358)**	(19.923.232)
Lucro bruto		**15.598.246**	10.068.981	**15.708.688**	12.357.525
Despesas comerciais	20	**(7.282.743)**	(6.912.146)	**(7.232.620)**	(6.966.382)
Despesas gerais e administrativas	20	**(2.695.932)**	(2.266.587)	**(2.883.256)**	(2.322.744)
Resultado de equivalência patrimonial	8	**(10.980)**	448.382	**(331)**	(30)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	**520.875**	3.318.629	**561.607**	1.853.194
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		**6.129.466**	4.657.259	**6.154.088**	4.921.563
Receitas financeiras	21	**844.254**	1.767.412	**840.674**	1.763.386
Despesas financeiras	21	**(4.445.955)**	(4.629.520)	**(4.451.229)**	(4.664.793)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**2.527.765**	1.795.151	**2.543.533**	2.020.156
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	**(351.296)**	(477.394)	**(373.891)**	(624.413)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	**(403.920)**	49.048	**(397.017)**	(28.735)
Lucro líquido do exercício		**1.772.549**	1.366.805	**1.772.625**	1.367.008
Atribuível aos acionistas controladores		**1.772.549**	1.366.805	**1.772.549**	1.366.805
Atribuível aos acionistas não controladores		**–**	–	**76**	203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido do exercício	**1.772.549**	1.366.805	**1.772.625**	1.367.008
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Perda na atualização do plano de benefício	**(816.068)**	(28.579)	**(816.068)**	(28.579)
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre a perda na atualização do plano de benefício	**277.463**	9.717	**277.463**	9.717
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado do exercício:				
Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	**(1.874)**	(118)	**(1.967)**	(221)
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos	**(540.479)**	(18.980)	**(540.572)**	(19.083)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**1.232.070**	1.347.825	**1.232.053**	1.347.925
Atribuível aos acionistas controladores	**1.232.070**	1.347.825	**1.232.070**	1.347.825
Atribuível aos acionistas não controladores	**–**	–	**(17)**	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido do exercício	**1.772.549**	1.366.805	**1.772.625**	1.367.008
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**7.677.199**	7.267.525	**7.793.072**	7.467.535
Tributos diferidos, líquidos	**403.920**	(49.048)	**397.017**	28.735
Provisão para variação cambial	**–**	1.676	**(1.967)**	1.455
Provisão para perdas de crédito esperadas	**780.473**	1.231.210	**778.218**	1.235.258
Provisão para perdas em estoques	**5.306**	16.100	**5.306**	16.100
Baixa de imobilizado e intangível	**49.558**	56.092	**58.417**	59.337
Provisão de juros e atualização monetária	**3.257.669**	2.973.430	**3.258.280**	2.969.184
Provisão para contingências	**476.834**	(668.248)	**480.744**	(664.839)
Provisão para desmantelamento de ativos	**19.850**	11.538	**19.850**	11.538
Equivalência patrimonial	**10.980**	(448.382)	**331**	30
	14.454.338	11.758.698	**14.561.893**	12.491.341
Atividades operacionais:				
Contas a receber	**(540.041)**	(664.722)	**(821.320)**	(671.856)
Estoques	**37.253**	5.691	**34.595**	49.036
Tributos a recuperar, líquidos	**2.206.960**	(877.892)	**2.226.950**	(871.510)
Partes relacionadas	**(434.697)**	2.124.190	**(384.972)**	1.630.382
Depósitos judiciais e bloqueios	**(31.881)**	(106.858)	**(31.416)**	(107.184)
Despesas antecipadas	**(486.208)**	(730.574)	**(461.321)**	(770.380)
Fornecedores e outras contas a pagar	**(1.029.836)**	3.545.348	**(1.042.150)**	3.688.264
Obrigações fiscais, líquidas	**(30.700)**	(48.165)	**(59.298)**	(29.447)
Receitas diferidas	**(54.006)**	33.407	**(54.006)**	33.376
Provisões	**(464.612)**	(412.124)	**(465.386)**	(415.583)
Passivo de arrendamento	**(959.890)**	–	**(958.165)**	–
Outras obrigações circulantes e não circulantes	**250.634**	98.525	**265.228**	61.677
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**12.917.314**	14.725.524	**12.810.632**	15.088.116
Atividades de investimento:				
Adições para imobilizado e intangível	**(8.523.583)**	(10.059.267)	**(8.628.727)**	(10.398.561)
Dividendos e juros sobre capital próprio	**29.126**	43.550	**–**	–
Aquisição de empresa	**(12.000)**	–	**(12.000)**	–
Investimento em controladas	**(276.537)**	(245)	**–**	–
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	**(8.782.994)**	(10.015.962)	**(8.640.727)**	(10.398.561)
Atividades de financiamento:				
Financiamento, debêntures e mútuo pagos	**(5.828.845)**	(3.944.623)	**(5.828.845)**	(3.944.623)
Juros pagos	**(2.940.505)**	(2.947.164)	**(2.940.505)**	(2.947.164)
Financiamento, debêntures, mútuo obtidos	**4.704.369**	2.142.140	**4.704.369**	2.142.140
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamentos	**(4.064.981)**	(4.749.647)	**(4.064.981)**	(4.749.647)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	**69.339**	(40.085)	**104.924**	(60.092)
Caixa e equivalentes de caixa por incorporações	**444**	673	**–**	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**62.844**	102.256	**92.114**	152.206
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**132.627**	62.844	**197.038**	92.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. Histórico e contexto operacional: A Claro S.A. ("Claro" ou "Companhia"), companhia de capital fechado, foi constituída em 7 de abril de 1992, e hoje se encontra sediada na Rua Henri Dunant, n°780, Torres A e B, na Cidade e Estado de São Paulo, atuando no mercado de telecomunicações, principalmente, de telefonia local e de longa distância nacional e internacional ("STFC"), no Serviço Móvel Pessoal ("SMP"), em transmissão de dados ("SCM") e TV por assinatura ("SEAC"). A Companhia é controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), organizada e existente de acordo com as leis do México. Em 17 de julho de 1997, a Companhia foi a vencedora da licitação realizada para a concessão do serviço móvel celular para a área de concessão 1, compreendendo a cidade de São Paulo e 63 distritos e municípios próximos à capital, iniciando as operações a partir de maio de 1998. A Companhia, através de suas controladas diretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura e outros serviços em nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"). A Companhia detém controle direto, principalmente, das seguintes controladas: (i) Telmex do Brasil S.A. ("TdB"), que presta serviços de comunicação de dados, internet, serviços especializados de circuito, rede de telecomunicações e locação de bens móveis; (ii) BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter"), operadora de *Call Center*; (iii) Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc"), que atua na importação e venda de equipamentos; (iv) Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V., que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música; (v) iMusica LLC, que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música; (vi) Ideas Musicales S.A. (Argentina), que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música; (vii) Ideas Musicales de Colombia S.A.S., que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso. A Companhia e as operadoras Telefônica Brasil S.A., Algar Celular S.A. e TIM Celular S.A. adquiriram, através de leilão realizado pela ANATEL em dezembro de 2014, radiofrequência na faixa de 700MHz nacionais para a prestação do SMP, e, em atendimento às obrigações do leilão, constituíram em 02 de março de 2015 uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), a qual ficou responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, conforme Notas 10 e 15. Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pela Companhia e suas controladas:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local (STFC local); Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional; Serviço Móvel Pessoal (SMP); Serviço de Comunicação Multimídia (SCM); Serviço de Acesso Condicionado (SeAC); Serviço Móvel Marítimo (SMM); Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS); Direitos de Exploração de Satélite; Serviço Limitado Especializado - Circuito e Rede Especializado (SLE)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

A Companhia possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal ("SMP") por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos: 450 MHz	850 MHz	900 MHz	1800 MHz	3G 1900 - 2100 MHz	4G 2500 MHz ***	4G 700 MHz
Acre	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rondônia	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Tocantins	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Distrito Federal	–	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Mato Grosso	–	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Mato Grosso do Sul	–	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Goiás	–	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Bahia	Outubro, 2027	–	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Sergipe	–	–	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Alagoas	–	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Ceará	–	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraíba	–	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Piauí	–	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Pernambuco	–	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	–	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná	–	–	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná (Norte)	–	–	Dezembro, 2022	Dezembro, 2022**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Santa Catarina	–	–	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro	–	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Espírito Santo	–	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio Grande do Sul	–	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
São Paulo - Capital	Outubro, 2027*	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
São Paulo - Interior	–	Março, 2028	Março, 2028	Março, 2028	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais	–	–	Abril, 2020	Abril, 2020**	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	–	–	–	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Amazonas	Outubro, 2027	Abril, 2023	–	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Maranhão	Outubro, 2027	Abril, 2023	–	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Roraima	Outubro, 2027	Abril, 2023	–	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Amapá	Outubro, 2027	Abril, 2023	–	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Pará	Outubro, 2027	Abril, 2023	–	Dezembro, 2022	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029

* Inclui código nacional 12. ** Alguns blocos vencem em abril de 2023. *** Além do bloco nacional com vencimento Outubro 2027 a Claro tem 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 19 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) com vencimento em agosto de 2031. A Companhia possui as seguintes autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição Orbital	Data de Emissão	Vencimento (15 anos)
Extensão (renovação)	PVSS/SPV 007/2006	63ºW, 65ºW, 68ºW,70ºW, 84ºW - Banda C	01/01/06	31/12/20
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65ºW - Banda Ku *	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 12/2007	92ºW - Banda C e Ku	13/11/07	12/11/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70ºW - Banda Ku **	08/10/03	12/11/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75ºW - Banda C e Ku	27/02/07	26/02/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70ºW - Banda Ka e Ku (Planejado)	28/03/12	27/03/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84ºW - Banda Ka e Ku	06/02/12	05/02/27

* A ANATEL concedeu à Companhia a prorrogação, pelo prazo de 15 anos, contados a partir de 6 de março de 2018, do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro e uso das radiofrequências associadas, na banda Ku, relativos à posição orbital 65° W no montante de R$18.781. Em 26 de março de 2018 foi paga a primeira parcela de 3, no montante de R$6.260. A segunda parcela de R$6.260 foi paga em 25 de setembro de 2018. A terceira parcela foi paga em 26 de março de 2019. ** A ANATEL concedeu à Companhia a prorrogação, pelo prazo de 15 anos, contados a partir de 13 de novembro de 2018, do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro e uso das radiofrequências associadas, na banda Ku, relativos à posição orbital 70° W no montante de R$8.361. Em 26 de maio de 2019 foi paga a primeira parcela de 3, no montante de R$2.787. A segunda parcela de R$2.787, com vencimento em 25 de novembro de 2019 e a terceira parcela de R$2.787, com vencimento em 25 de maio de 2020. Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços, objeto das concessões. Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. Os demais serviços de telecomunicações prestados pela Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade de bens. Análise sobre risco de continuidade operacional: Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$6.720.928 no consolidado. Do total do capital circulante liquido, R$1.059.836 refere-se a valores com partes relacionadas. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte necessário para a continuidade das operações. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação, e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia e suas controladas. Também foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e realização de imposto de renda diferido. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidos pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2020. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. Algumas rubricas e quadros que compõem as notas explicativas foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 porém, devido à imaterialidade dos montantes, não estão sendo detalhadas. **3. Políticas contábeis: 3.1. Bases de consolidação:** Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

	2019	2018
Claro Corporate Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Claro Corporate") (1)	**–**	100,00%
Latam Towers Infraestrutura de Torres Ltda. (2)	**–**	99,80%
Primesys Soluções Empresariais S.A. ("PMS") (3)	**–**	100,00%
TdB	**100,00%**	100,00%
BrasilCenter	**100,00%**	100,00%
Reyc	**100,00%**	100,00%
Ideas Musicales S.A. (Argentina)	**90,00%**	90,00%
Ideas Musicales de Colombia S.A.S.	**100,00%**	100,00%
iMusica LLC (EUA)	**100,00%**	100,00%
Ideas Musicales S.A de C.V. (México)	**99,99%**	99,99%

(1) Incorporada em 02 de setembro de 2019, conforme nota 8. (2) Em 30 de junho de 2019, em Instrumento Particular de Distrato Social, foi aprovada a dissolução da Sociedade nos termos da cláusula décima terceira de seu contrato social. (3) Incorporada em 01 de julho de 2019, conforme nota 8. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O controle é obtido quando a Companhia está exposta, ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida. Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir: • Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida). • Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida. • A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento. Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ele tem poder sobre uma investida, incluindo: • O acordo contratual com

continua

Claro S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

continuação

os outros titulares a voto da investida. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. **3.2. Novas políticas contábeis:** Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

Normas e Emendas a Normas	
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2015 - 2017
IFRS 9/CPC 48 - *Financial Instruments*/Instrumentos Financeiros.	Alterações: recursos de pré-pagamento com compensação negativa.
IAS 28/CPC 18 (R2) - *Long-term Interest in Associates and Joint Ventures* /Participações de Longo Prazo em Coligadas e *Joint Ventures*.	Alterações: relativas a interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos.
IAS 19/CPC 33 (R1) - *Employee Benefits*/Benefícios aos empregados.	Alterações: relacionadas a emendas, cortes ou acordos do plano.

A Companhia também adotou pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil e IFRIC 23 /ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, cujos impactos estão descritos abaixo: **IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:** A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo, sendo mandatória para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019. A nova norma permite dois métodos de transição: (i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou (ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial. A Companhia fez a opção pela adoção do método retrospectivo, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1° de janeiro de 2019 e, dessa forma, não será requerida reapresentar saldos comparativos anteriores ao exercício apresentado. A Companhia apresenta nos quadros abaixo, para fins de comparação, uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos gerados no balanço patrimonial e na demonstração dos resultados consolidados em 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado		
	Balanço patrimonial em 01/01/2019 antes dos ajustes	**Ajustes IFRS 16/ CPC 06 (R2)**	**Balanço patrimonial em 01/01/2019 com os efeitos da IFRS 16/CPC 06 (R2)**
Ativo			
Circulante	**11.875.895**	**–**	**11.875.895**
Não circulante	**57.754.206**	**5.874.258**	**63.628.464**
Total do ativo	**69.630.101**	**5.874.258**	**75.504.359**
Passivo			
Circulante	**18.374.633**	**1.452.615**	**19.827.248**
Passivo não circulante	**36.146.632**	**4.421.643**	**40.568.275**
Patrimônio líquido	**15.108.836**	**–**	**15.108.836**
Total do passivo e patrimônio líquido	**69.630.101**	**5.874.258**	**75.504.359**

	Consolidado		
	Balanço patrimonial em 31/12/2019	**Efeitos da IFRS16/ CPC 06 (R2)**	**Balanço patrimonial em 31/12/2019 sem os efeitos da IFRS 16/ CPC06 (R2)**
Ativo			
Circulante	**8.937.926**	**–**	**8.937.926**
Não circulante (*)	**65.665.400**	**6.000.479**	**59.664.921**
Total do ativo	**74.603.326**	**6.000.479**	**68.602.847**
Passivo			
Circulante	**15.658.854**	**1.495.140**	**14.163.714**
Passivo não circulante	**42.607.778**	**4.648.612**	**37.959.166**
Patrimônio líquido	**16.336.694**	**(143.273)**	**16.479.967**
Total do passivo e patrimônio líquido	**74.603.326**	**6.000.479**	**68.602.847**

* Reconhecimento do ativo - direito de uso em arrendamento dos aluguéis e reflexo tributário sobre os ajustes da nova norma.

	Consolidado		
	Demonstração de resultados em 31/12/2019	**Efeitos da IFRS16/ CPC 06 (R2)**	**Demonstração de resultados em 31/12/2019 sem os efeitos da IFRS 16/CPC06 (R2)**
Receita operacional, líquida	**35.186.046**	**–**	**35.186.046**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	**(19.477.358)**	**(267.784)**	**(19.745.142)**
Lucro bruto	**15.708.688**	**(267.784)**	**15.440.904**
Despesas operacionais, líquidas	**(9.554.600)**	**(13.750)**	**(9.568.350)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	**6.154.088**	**(281.534)**	**5.872.554**
Resultado financeiro	**(3.610.555)**	**498.600**	**(3.111.955)**
Resultado antes dos impostos	**2.543.533**	**217.066**	**2.760.599**
Imposto de renda e contribuição social	**(770.908)**	**(73.793)**	**(844.701)**
Lucro líquido do exercício	**1.772.625**	**143.273**	**1.915.898**

Os principais contratos de arrendamento operacional impactados por essa nova norma incluem: aluguel de lojas, aluguel de terrenos, aluguel de espaço em torres de terceiros, aluguel de determinadas infraestruturas, dentre outros. Por esta norma, na data de início de um contrato de arrendamento, a Companhia reconheceu um passivo relativo aos pagamentos futuros de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). A Companhia mensurou o passivo de arrendamento dos referidos contratos mencionados no parágrafo inicial desta seção ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos, na data da aplicação inicial. A taxa incremental de juros média da Companhia é de 9,7% para um prazo de contrato de arrendamento médio conforme Nota 17. Não houve alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. A Companhia continua a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. Adicionalmente, a Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data de adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras/copiadoras, máquinas de alimentação) que são considerados de baixo valor. **IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC 23 - *Uncertainly over income Tax treatments* (IFRIC 23), emitida pelo IASB. O IFRIC 23/ICPC 22 tem por objetivo esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 - *Income Taxes* (CPC 32), quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o Lucro. Por tratamento fiscal incerto entende-se aquele tratamento para o qual há incerteza sobre se a respectiva autoridade fiscal o aceitará de acordo com a legislação tributária. Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 23, ao encontrar tratamentos incertos a Companhia deverá aplicar os requerimentos retrospectivamente, com o efeito cumulativo da adoção reconhecida na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados. A Administração da Companhia realizou análises das bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco anos, bem como analisou os tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas quanto à aceitação pelas autoridades tributárias, com o propósito de mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alterações quanto ao julgamento da classificação do grau de risco das perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias. Dessa forma conclui-se que as disposições previstas nessa norma não trazem impacto para o resultado ou patrimônio líquido da Companhia. **Novos pronunciamentos com vigência em exercícios futuros:** Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória.

Normas e Emendas a Normas		Vigências
IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Business Combinations*/ Combinação de negócios.	Alterações: para esclarecer a definição de empresa.	1° de janeiro de 2020
IFRS 7/CPC 40 (R1) - *Financial Instruments: Disclosures*/ Instrumentos Financeiros: Divulgações.	Alterações: relativas a questões de pré-substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.	1° de janeiro de 2020
IFRS 9/CPC 48 - *Financial Instruments*/Instrumentos Financeiros.	Alterações: relativas a questões de pré-substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.	1° de janeiro de 2020
IFRS 10/CPC 36 (R3) *and* IAS 28/CPC 18 (R2) - *Investment Entities: Applying the Consolidation Excepction*/Aplicando a Exceção na Consolidação.	Alteração: data efetiva das emendas à IFRS 10 e IAS 28	A definir
IAS 1/CPC 26 (R1) - *Presentation of Financial Statements*/ Apresentação das demonstrações financeiras.	Alteração: definição de material (emendas à IAS 1 e IAS 8)	1° de janeiro de 2020
Alteração no IAS 8/CPC 23 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*/Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros.	Alteração: definição de material (emendas à IAS 1 e IAS 8)	1° de janeiro de 2020
IFRS 17 - *Insurance contracts*/Contratos de Seguros - irá substituir a IFRS 4/CPC 11.		1° de janeiro de 2021

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitida, cuja aplicação não é obrigatória. Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1° de janeiro de 2020 não terão impacto nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescido de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 21. **3.4. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado. A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos com partes relacionadas e depósitos judiciais. Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:* Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo. **b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição independentemente do momento da inadimplência. **c) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento. Mensuração subsequente: A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. *Passivos financeiros a custo amortizado:* Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados. *Mensuração do valor justo:* A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá: • No principal mercado para o ativo ou passivo. • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas. O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso. A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável. Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas. **d) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5. Contas a receber, líquidas:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards,* serviços de satélites e acessórios. A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5. **3.6. Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 21. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. **3.7. Estoques:** Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6. **3.8. Investimentos:** Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial. Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição. O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia. Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. **3.9. Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme Nota 9. Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.10. Arrendamento mercantil:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Em 18 de dezembro de 2019, foi emitido o Ofício Circular CVM SNC/SEP 02/2019, acerca da orientação sobre aplicação da taxa incremental de juros, PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento e dos tributos a recuperar sobre a realização do passivo de arrendamento. A Companhia, que já calcula os arrendamentos à taxa nominal e considera os impactos tributários conforme as práticas informadas pelo documento emitido, não tem expectativa de demais impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. Companhia e suas subsidiárias como arrendatários: Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como passivo relativo aos pagamentos futuros de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso, conforme Nota 9) e é reconhecido separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso, conforme Nota 17. Companhia e suas subsidiárias como arrendadores: Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia e suas controladas não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **3.11. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear, descrito na Nota 10. Incluem ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros e valores de fundo de comércio referentes às lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos). A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. **3.12. Provisão para recuperação de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: a) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. b) Ativos Intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. *Avaliação da recuperação do valor contábil:* A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: • Receitas: Projetadas com base na realização do ano de 2019 e projeções orçamentárias para 2020, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrente da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada. • Custos e despesas operacionais: Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes. • Investimentos de capital: Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente. Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1). • Taxa de desconto: Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. **3.13. Tributação:** A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras: • CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Tributo Federal. • COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal. • CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal. • FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações. • FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. • ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual. • IOF - Imposto sobre Operações Financeiras - Tributo Federal. • IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal. • IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal. • ISS - Imposto sobre Serviço Prestado - Tributo Municipal. • PIS - Programa de Integração Social - Tributo Federal. • PPNUM - Preço público relativo à administração dos recursos de numeração. • TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento. • TFI - Taxa de Fiscalização e Instalação. Tributos correntes: Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Tributos diferidos: O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício. Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Tributos sobre vendas e serviços: As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS, ISS, às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. Para as demais receitas auferidas pela Companhia na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Impostos:* Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Provisões para contingências:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 14. *Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego:* O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada benefício. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 16. *Provisão para perdas de crédito esperadas:* A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. *Provisão para desmantelamento de ativos:* A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido. Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos. Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo. **3.15. Participação de empregados no resultado:** A Claro e suas controladas, BrasilCenter e TdB constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual. **3.16. Receitas diferidas:** Representadas, principalmente pela receita referente aos créditos de recarga de celulares pré-pagos e os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Representadas também pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica, e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no MERCOSUL, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos. **3.17. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.18. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **3.19. Reconhecimento de receita:** A Companhia e suas controladas oferecem pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados, *internet* e TV por assinatura, sendo o reconhecimento das receitas de serviços e venda de aparelhos distribuídas entre seus elementos. A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo. Os pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto, a Companhia realiza a alocação do desconto e reconhece as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes. Uma parte adicional da receita é alocada nas receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial é reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato. A Companhia e suas controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato. As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago. As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização. **3.20. Campanhas promocionais:** Custos e despesas referentes a campanhas promocionais, incluindo as vendas de aparelhos celulares e acessórios a valores inferiores aos custos de aquisição, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.21. Subvenção e assistência governamentais:** A edição da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos. A Companhia possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Nordeste. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2019 (para os estados: AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE). Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo ser utilizada apenas para aumento de capital ou de absorção de prejuízos. **3.22. Resultado financeiro:** Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável). **3.23. Participações de não controladores:** Refere-se à participação de não controladores na controlada Ideas Musicales S.A. (Argentina). **3.24. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Caixa e bancos	**132.131**	62.019	**196.542**	91.289
Equivalentes de caixa	**496**	825	**496**	825
	132.627	62.844	**197.038**	92.114

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações referem-se principalmente, a títulos públicos compromissados, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, e possuem liquidez imediata junto às entidades emissoras, e remuneração próxima do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

5. Contas a receber, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Venda de aparelhos celulares e acessórios	**791.144**	775.125	**791.468**	775.125
Serviços de voz, dados e outros	**5.732.321**	6.049.761	**5.826.246**	6.138.732
Administradoras estrangeiras	**25.054**	27.521	**25.413**	27.824
	6.548.519	6.852.407	**6.643.127**	6.941.681
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(1.784.032)**	(2.119.288)	**(1.795.773)**	(2.137.429)
	4.764.487	4.733.119	**4.847.354**	4.804.252

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
A vencer	**3.423.403**	3.203.091	**3.468.429**	3.256.446
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	**1.192.468**	1.307.099	**1.205.848**	1.311.305
De 31 a 60 dias	**324.317**	303.211	**332.915**	308.618
De 61 a 90 dias	**279.905**	242.617	**289.134**	250.316
Mais de 90 dias	**1.328.426**	1.796.389	**1.346.801**	1.814.996
	6.548.519	6.852.407	**6.643.127**	6.941.681

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Saldo Inicial	**2.119.288**	1.705.031	**2.137.429**	1.728.231
Cisão/Incorporação	**–**	9.103	**–**	–
Provisão constituída	**780.473**	1.231.210	**778.218**	1.235.258
Baixa de provisão (1)	**(1.115.729)**	(826.056)	**(1.119.874)**	(826.060)
Saldo Final	**1.784.032**	2.119.288	**1.795.773**	2.137.429

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Estoques de aparelhos para revenda	**228.995**	241.418	**216.324**	228.810
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	**82.540**	94.102	**90.373**	99.179
Estoques de *simcards* e acessórios para revenda	**17.798**	23.307	**17.798**	23.307
Outros	**15.361**	26.189	**15.618**	26.481
	344.694	385.016	**340.113**	377.777
Provisão para perdas em estoques	**(48.893)**	(46.656)	**(48.893)**	(46.656)
	295.801	338.360	**291.220**	331.121

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Controladora/Consolidado	
	2019	**2018**
Saldo inicial	**46.656**	30.631
Provisão constituída	**5.306**	16.100
Baixas	**(3.069)**	(75)
Saldo final	**48.893**	46.656

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização. **7. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos: 7.1. Tributos a recuperar, líquidos**

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
ICMS a recuperar (1)	**954.389**	960.654	**966.095**	1.011.638
Imposto de renda retido na fonte (2)	**335.894**	630.064	**335.914**	630.476
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)	**445.879**	58.254	**455.886**	67.229
PIS/COFINS (4)	**393.002**	2.640.314	**394.492**	2.642.166
FINSOCIAL (5)	**169.890**	169.890	**169.890**	169.890
Outros	**85.894**	91.111	**100.858**	104.305
	2.384.948	4.550.287	**2.423.135**	4.625.704
Circulante	**548.643**	**2.810.966**	**577.486**	2.875.117
Não circulante	**1.836.305**	**1.739.321**	**1.845.649**	1.750.587

(1) Os créditos de ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização. (2) Substancialmente imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações bem como sobre as receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou lucro tributável resultando em IRPJ e CSLL a pagar no montante de R$426.075 (R$292.949 em 31 de dezembro de 2018) que foram amortizados mediante dedução com o referido crédito contabilizado. (3) Constituição de R$387.159 referente a créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRPJ e da CSLL sobre o Lucro Inflacionário (fatos geradores ocorridos nos anos de 1990 a 1994). (4) Trata-se de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial transitada em julgada em agosto de 2018 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das referidas contribuições da Companhia, constituindo um ativo fiscal no valor líquido de R$332.654 (R$138.776 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R$193.878 registrado no resultado financeiro), refere-se ao período de 2001 a 2006. Em dezembro de 2018 houve o registro do crédito referente a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R$2.420.580 (R$1.214.282 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R$1.206.298 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transitada em julgada em novembro de 2018 da Companhia, referente ao período de 2002 a 2014. Após a habilitação do crédito, em 19/02/2019 (PIS) e 05/04/2019 (COFINS), a Companhia utilizou crédito no montante de R$2.318.692. Durante 2019 houve registros de créditos referente a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R$33.055 (R$15.195 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R$17.860 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transitada em julgada no primeiro semestre de 2019 da Companhia, referente ao período de 2005 a 2010. (5) Trata-se de crédito fiscal oriundo do pagamento a maior do tributo FINSOCIAL, nos períodos-base de setembro de 1989 a março de 1992. A Claro obteve o direito a este crédito fiscal através de decisão judicial transitada em julgada no mês de setembro de 2014, oriundo da incorporada Embratel. Referido ativo fiscal foi objeto de execução contra a União, parcialmente recebido em dezembro de 2017, e o valor remanescente consta de precatório. **7.2. Tributos diferidos, líquidos:** O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32. A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais. As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na Instrução Normativa CVM 371/2002.

continua

—☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

Controladora	2019			2018		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais	2.711.710	987.497	3.699.207	2.858.752	1.040.432	3.899.184
Provisão para perdas de crédito esperadas	847.681	305.165	1.152.846	931.322	335.276	1.266.598
Provisão para contingências	1.392.752	501.391	1.894.143	1.288.019	463.687	1.751.706
Tributos com exigibilidade suspensa	478.249	172.170	650.419	448.809	161.571	610.380
Crédito fiscal incorporado (1)	204.423	73.592	278.015	308.583	111.090	419.673
Plano atuarial	535.588	192.812	728.400	371.156	133.616	504.772
Efeitos de IFRS 16/CPC 06 (R2)	54.187	19.507	73.694	–	–	–
Outras diferenças temporárias	575.870	207.314	783.184	666.812	240.052	906.864
	6.800.460	2.459.448	9.259.908	6.873.453	2.485.724	9.359.177
Passivo fiscal diferido						
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(25.724)	(18.915)	(6.809)	(25.724)
Plano atuarial	(98.975)	(35.631)	(134.606)	(98.419)	(35.431)	(133.850)
Ágio em aquisições (2)	(591.553)	(185.836)	(777.389)	(643.264)	(204.452)	(847.716)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(543.662)	(195.719)	(739.381)	(464.924)	(167.372)	(632.296)
Depreciação acelerada (3)	(91.312)	(32.872)	(124.184)	(107.758)	(38.793)	(146.551)
Outras diferenças temporárias	(92.326)	(33.238)	(125.564)	(85.271)	(30.799)	(116.070)
	(1.436.743)	(490.105)	(1.926.848)	(1.418.551)	(483.656)	(1.902.207)
Ativo fiscal diferido, líquido	5.363.717	1.969.343	7.333.060	5.454.902	2.002.068	7.456.970

(1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio vertido da incorporada NET. Conforme instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICPC09 (R1) emitido pelo CPC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica demonstrada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R$975.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV, ESC 90 e BrTel. (3) Depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8.

Consolidado	2019			2018		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais	2.722.443	991.360	3.713.803	2.871.223	1.044.964	3.916.187
Provisão para perdas de crédito esperadas	850.616	306.222	1.156.838	933.649	336.114	1.269.763
Provisão para contingências	1.393.857	501.789	1.895.646	1.289.949	464.382	1.754.331
Tributos com exigibilidade suspensa	478.560	172.282	650.842	450.858	162.309	613.167
Crédito fiscal incorporado (1)	204.423	73.592	278.015	308.583	111.090	419.673
Plano atuarial	535.611	192.812	728.423	371.156	133.616	504.772
Efeitos de IFRS 16/CPC 06 (R2)	54.259	19.534	73.793	–	–	–
Outras diferenças temporárias	604.521	217.628	822.149	707.676	254.763	962.439
	6.844.290	2.475.219	9.319.509	6.933.094	2.507.238	9.440.332
Passivo fiscal diferido						
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(25.724)	(18.915)	(6.809)	(25.724)
Plano atuarial	(98.975)	(35.631)	(134.606)	(98.419)	(35.431)	(133.850)
Ágio em aquisições (2)	(590.635)	(185.505)	(776.140)	(643.264)	(204.452)	(847.716)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(548.424)	(197.433)	(745.857)	(469.512)	(169.024)	(638.536)
Depreciação acelerada (3)	(91.312)	(32.872)	(124.184)	(116.409)	(41.907)	(158.316)
Outras diferenças temporárias	(93.265)	(33.541)	(126.806)	(86.299)	(31.168)	(117.467)
	(1.441.526)	(491.791)	(1.933.317)	(1.432.818)	(488.791)	(1.921.609)
Ativo fiscal diferido, líquido	5.402.764	1.983.428	7.386.192	5.500.276	2.018.447	7.518.723

(1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio vertido da incorporada NET. Conforme instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICP09 (R1) emitido pelo CPC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica demonstrada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R$975.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV, ESC 90 e BrTel. (3) Depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

Controladora	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.921.801	2.184.568	8.106.369
Constituição	1.051.961	378.706	1.430.667
Realização	(1.518.860)	(561.206)	(2.080.066)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.454.902	2.002.068	7.456.970
Constituição	257.688	92.726	350.414
Realização	(350.737)	(126.165)	(476.902)
Incorporação (1)	1.864	714	2.578
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.363.717	1.969.343	7.333.060

(1) Incorporação da controlada PMS pela Companhia, conforme Nota 8.

Consolidado	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.008.516	2.215.829	8.224.345
Constituição	1.051.608	378.579	1.430.187
Realização	(1.559.848)	(575.961)	(2.135.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.500.276	2.018.447	7.518.723
Constituição	259.665	63.724	323.389
Realização	(357.177)	(98.743)	(455.920)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.402.764	1.983.428	7.386.192

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	Controladora (*)	Consolidado (*)
2020	1.323.590	1.334.099
2021	1.081.573	1.092.298
2022	1.189.369	1.199.298
2023	1.236.951	1.241.456
2024	999.666	1.002.962
2025	1.007.258	1.009.899
2026	1.090.023	1.092.665
2027 a 2029	1.331.478	1.346.832
	9.259.908	9.319.509

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

8. Investimentos: Na controladora, a movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2017											Saldos em 31/12/2018		
	Investimento	Ágio	Provisão para perda passivo a descoberto (1)	Resultado da equivalência patrimonial	Aumento de capital	Efeito de perda percentual	Efeito de cisão/incorporação	Dividendos	Juros sobre capital próprio ("JCP")	Efeitos de passivo atuarial	Diferenças cambiais sobre conversão de investimento estrangeiro	Investimento	Ágio	Provisão para perda passivo a descoberto (1)
Claro Corporate (a)	306.939	85.523	–	(7.143)	(299.796)	–	–	–	–	–	–	–	85.523	–
MPO Processadora de Pagamentos Móveis S.A. ("MPO")	–	–	(36)	(30)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(66)
iMusica Argentina	1.140	–	–	1.828	–	–	–	–	–	–	(927)	2.041	–	–
iMusica Colombia	5.293	–	–	3.007	–	–	–	–	–	–	299	8.599	–	–
iMusica EUA	–	–	(84)	–	–	–	–	–	–	–	(36)	–	–	(120)
iMusica México	2.961	–	–	(406)	–	–	–	–	–	–	546	3.101	–	–
BrasilCenter	23.749	–	–	1.554	–	–	–	–	–	–	–	25.303	–	–
TdB	458.066	–	–	292.520	(333.579)	(23.915)	–	(2.827)	(15.000)	–	–	375.265	–	–
PMS (b)	290.677	–	–	77.887	315.839	19.986	–	(40.567)	–	(130)	–	663.692	–	–
Star One S.A.(c)	915.353	–	–	65.098	317.781	3.929	(1.282.161)	–	(20.000)	–	–	–	–	–
Reyc	144.814	–	–	14.067	–	–	–	–	–	–	–	158.881	–	–
Outros	19	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	19	–	–
	2.149.011	85.523	(120)	448.382	245	–	(1.282.161)	(43.394)	(35.000)	(130)	(118)	1.236.901	85.523	(186)
	2.234.534											1.322.424		

(1) Vide composição da Nota 14 - Provisões

	Saldos em 31/12/2018											Saldos em 31/12/2019		
	Investimento	Ágio	Provisão para perda passivo a descoberto (1)	Resultado da equivalência patrimonial	Aumento de capital	Ágio	Efeito de cisão/incorporação	Aquisição de empresas	Dividendos	Reflexo de passivo atuarial	Diferenças cambiais sobre conversão de investimento estrangeiro e outros	Investimento	Ágio	Provisão para perda passivo a descoberto (1)
Claro Corporate (a)	–	85.523	–	–	–	–	(85.523)	–	–	–	–	–	–	–
MPO	–	–	(66)	18	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(48)
iMusica Argentina	2.041	–	–	690	–	–	–	–	–	–	(840)	1.891	–	–
iMusica Colômbia	8.599	–	–	5.326	–	–	–	–	(8.126)	–	(77)	5.722	–	–
iMusica EUA	–	–	(120)	51	–	–	–	–	–	–	(4)	–	–	(73)
iMusica México	3.101	–	–	(12.450)	–	–	–	–	–	–	(953)	–	–	(10.302)
BrasilCenter	25.303	–	–	(6.840)	–	–	–	–	–	–	(4.195)	14.268	–	–
TdB	375.265	–	–	(18.511)	753.650	–	85.523	–	–	(59)	–	1.110.345	85.523	–
PMS (b)	663.692	–	–	14.109	–	–	(656.801)	–	(21.000)	–	–	–	–	–
Ustore Software e Serviços de Informática S.A. ("Ustore")	–	–	–	(349)	–	22.836	–	1.164	–	–	–	815	22.836	–
Reyc	158.881	–	–	6.976	–	–	–	–	–	–	–	165.857	–	–
Outros	19	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	19	–	–
	1.236.901	85.523	(186)	(10.980)	753.650	22.836	(656.801)	1.164	(29.126)	(59)	(6.069)	1.298.917	108.359	(10.423)
	1.322.424											1.407.276		

(1) Vide composição da Nota 14 - Provisões. Em 18 de dezembro de 2019, mediante formalização em Termo de fechamento e quitação, foi aprovado e concretizado a venda total das ações da MPO detidas pela Companhia, no montante de R$1,00 sendo 1.413.069.114 ações ordinárias. A partir desta data a Companhia passou a não deter mais participação no capital social da MPO. Em 19 de setembro de 2019, a Companhia adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore no montante de R$24.000 (dos quais R$22.836 refere-se ao ágio), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. O Acordo de Acionistas prevê uma opção de compra e venda com relação a totalidade das ações remanescentes exercíveis conforme os termos e condições previstos. Em 06 de setembro de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TdB, no montante de R$600 pela emissão de 153.164 ações ordinárias, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R$3,92 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TdB em 31 de agosto de 2019 e do pagamento em moeda nacional de R$0,40. Em 02 de julho de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TdB, no montante de R$477.113 pela emissão de 119.529.264 ações ordinárias, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R$3,99 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TdB em 30 de junho de 2019 e do pagamento em moeda nacional de R$1,58. Em 04 de março de 2019, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários na controlada Ideas Musicales de Colombia S.A.S., no montante de R$8.126, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de janeiro de 2019, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários na controlada PMS, no montante de R$21.000, à razão de R$2.345,99 por lote de 1.000 (mil) ações, à conta da Reservas de Lucros a Realizar, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 17 de janeiro de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TdB, no montante de R$275.937 pela emissão de 66.974.887, sendo 33.487.444 ações ordinárias e 33.487.443 ações preferenciais, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R$4,12 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TdB em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada PMS constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R$32.017. Em 31 de dezembro de 2018, a controlada TdB constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R$2.827. Em 28 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada TdB, no valor bruto de R$15.000, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017. Em 18 de dezembro de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TdB, no montante de R$300.041 pela emissão de 76.161.692 ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R$3,9395251412 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TdB em 30 de setembro de 2018, a ser implementado por meio de conferência ao capital social da controlada TdB de 315.746.185 quotas da controlada Claro Corporate. Em 19 de outubro de 2018, em AGE, foi aprovada a diminuição da participação da Companhia no capital na controlada TdB, no montante de R$315.839, pago por intermédio da entrega de 4.450.000 ações preferencias, nominativas e sem valor nominal de emissão da PMS e do pagamento em moeda nacional no valor de R$2,81. Em 29 de junho de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada Claro Corporate, no montante de R$200, representados por 200.000 novas quotas, no valor de R$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 11 de maio de 2018, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada Claro Corporate, no montante de R$45, representados por 45.000 novas quotas, no valor de R$1,00 (um real), cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia. Capitalização foi feita mediante aporte de capital em dinheiro nesta data, celebrado entre a Companhia e a Claro Corporate. Em 29 de março de 2018, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários na controlada PMS, no montante de R$17.000, à razão de R$0,0018991320 por lote de 1.000 (mil) ações, à conta da Reservas de Lucros a Realizar, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em 29 de março de 2018, em AGE, foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada Star One, no valor bruto de R$20.000, à conta da Reservas de Lucros a Realizar, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em 01 de março de 2018, foi aprovado pelo Registro Mercantil a AGE realizada em 18 de dezembro de 2017, que aprovou a redução do capital social da TdB no montante de R$317.781, cancelando apenas ações de titularidade da Companhia. Assim, o pagamento efetuado a Companhia foi realizado por intermédio da entrega de 38.461.539 ações ordinárias de emissão da Star One que eram de propriedade da TdB, além de R$0,89 em moeda. a) Incorporação Claro Corporate: Em AGE realizada em 02 de setembro de 2019, foi aprovada a incorporação da Claro Corporate pela controlada TdB. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Esta ação não implicará em aumento de capital da controlada TdB nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social. A Claro Corporate foi extinta de pleno direito e a controlada TdB a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. A eficácia desta incorporação ocorreu em 02 de setembro de 2019. b) Incorporação Primesys: Em AGE realizada em 01 de julho de 2019, foi aprovada a incorporação da controlada PMS pela Companhia. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Esta ação não implicará em aumento de capital da Companhia nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social. A PMS foi extinta de pleno direito e a Companhia a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. A eficácia desta incorporação ocorreu em 01 de julho de 2019. Em 01 de julho de 2019 com a incorporação da PMS pela Companhia, essa passou a deter na referida data a totalidade das quotas sociais e representativas do capital social da controlada Reyc. Como ato seguinte com o intuito de recompor a pluralidade de sócios no capital social da controlada Reyc a Companhia cedeu e transferiu à título oneroso 1 quota social de sua titularidade a controlada TdB, no valor de R$91,60 livre e desembaraçada de quaisquer ônus e gravames. c) Incorporação Star One: Em AGE realizada em 18 de dezembro de 2018, foi aprovada a incorporação da controlada Star One pela Companhia. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Esta ação não implicará em aumento de capital da Companhia nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social. A Star One foi extinta de pleno direito e a Companhia a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. A eficácia desta incorporação ocorreu em 31 de dezembro de 2018. Em 02 de maio de 2018 os administradores da Companhia e da controlada Star One firmaram em AGE o protocolo de justificativa de cisão parcial com incorporação, visando implementar a cisão parcial da controlada Star One, em síntese representada por serviço satelital, com incorporação do acervo cindido pela Companhia, permanecendo na controlada Star One também serviço satelital. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os detalhes das principais controladas diretas e coligadas, são como se seguem:

2018						
Controladas diretas/coligada	Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/(lotes de mil) Ordinárias/quotas	Preferenciais	% de participação Total	Capital votante
Claro Corporate	(9.464)	304.170	322.196	–	100,00	100,00
MPO	(60)	(132)	2.826.138	–	50,00	50,00
TdB	292.520	375.264	45.578	45.578	100,00	100,00
BrasilCenter	1.554	25.303	95.839	–	100,00	100,00
PMS	134.809	663.692	3.697	5.254	100,00	100,00
Reyc	14.067	158.881	5.283	–	100,00	100,00
Imusica Argentina	2.031	2.267	20	–	90,00	90,00
Imusica Colombia	3.007	8.600	20	–	100,00	100,00
Imusica EUA	1	(119)	100	–	100,00	100,00
Imusica México	(406)	3.099	50	–	99,99	99,99

2019						
Controladas diretas/coligada	Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/(lotes de mil) Ordinárias/quotas	Preferenciais	% de participação Total	Capital votante
Ustore	(1.252)	3.894	508	–	40,00	40,00
TdB	(18.511)	1.110.342	198.748	79.066	100,00	100,00
BrasilCenter	(6.839)	14.270	95.839	–	100,00	100,00
Reyc	6.976	165.856	5.283	–	100,00	100,00
Imusica Argentina	767	2.101	20	–	90,00	90,00
Imusica Colombia	5.326	5.723	20	–	100,00	100,00
Imusica EUA (*)	51	(72)	100	–	100,00	100,00
Imusica México	(12.450)	(10.304)	50	–	99,99	99,99

(*) Trata-se da totalidade de ações ordinárias.

9. Imobilizado:

a) Movimentação do imobilizado:

Controladora						
Custo	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (1)	Cisão/Incorporação (3)	Saldo em 31/12/2018
Equipamentos de transmissão	57.299.813	993.941	(326.186)	4.474.546	4.040.006	66.482.120
Infraestrutura	8.436.245	109.958	(63.807)	682.009	18.176	9.182.581
Equipamentos de comutação	14.958.635	–	(26.738)	2.430.567	19.048	17.381.512
Prédios	1.360.731	–	(1)	(459.849)	–	900.881
Terrenos	243.224	–	–	92	–	243.316
Outros ativos imobilizados	5.450.750	84.983	(30.620)	(1.413.826)	37.566	4.128.853
Ajuste ao valor de realização	(1.164.306)	–	1.003	–	–	(1.163.303)
Imobilizado em andamento (2)	2.675.929	8.512.382	(5.892)	(5.738.439)	249.254	5.693.234
Total	89.261.021	9.701.264	(452.241)	(24.900)	4.364.050	102.849.194

Depreciação	Vida útil estimada em anos	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (1)	Cisão/Incorporação (3)	Saldo em 31/12/2018
Equipamentos de transmissão	3, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 15 e 25	(40.608.742)	(4.640.695)	325.113	(305.799)	(1.905.668)	(47.135.791)
Infraestrutura	5, 10, 12, 15, 20, 25 e 30	(5.729.907)	(536.421)	19.184	(73.332)	(10.601)	(6.331.077)
Equipamentos de comutação	3, 4, 5, 7, 10 e 15	(12.619.422)	(1.005.596)	26.185	(33)	(18.520)	(13.617.386)
Prédios	20 e 25	(1.136.374)	(23.335)	1	359.438	–	(800.270)
Outros ativos imobilizados	5,13,15 e 25	(3.495.715)	(235.901)	26.669	6.841	(30.632)	(3.728.738)
Ajuste ao valor de realização	–	1.161.604	2.536	(1.003)	–	–	1.163.137
Total		(62.428.556)	(6.439.412)	396.149	(12.885)	(1.965.421)	(70.450.125)
Imobilizado, líquido		26.832.465	3.261.852	(56.092)	(37.785)	2.398.629	32.399.069

Controladora								
Custo	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (1)	Direito de uso em arrendamento (b)	Cessão de ativos (4)	Incorporação (5)	Saldo em 31/12/2019
Equipamentos de transmissão	66.482.120	857.356	(475.712)	4.639.477	–	(387.976)	389.585	71.504.850
Infraestrutura	9.182.581	–	(72.417)	1.150.423	–	(57.142)	57.142	10.260.587
Equipamentos de comutação	17.381.512	4.154	(57.312)	1.394.846	–	(484.987)	487.897	18.726.110
Prédios	900.881	–	(1)	45.378	–	–	–	946.258
Terrenos	243.316	–	–	1	–	–	–	243.317
Outros ativos imobilizados	4.128.853	136.192	(27.349)	117.607	–	(159.705)	175.217	4.370.815
Ajuste ao valor de realização	(1.163.303)	–	(1)	–	–	–	–	(1.163.304)
Imobilizado em andamento (2)	5.693.234	7.198.320	(19.411)	(7.718.671)	–	(54.325)	56.355	5.155.502
Imobilizado em operação e andamento	102.849.194	8.196.022	(652.203)	(370.939)	–	(1.144.135)	1.166.196	110.044.135
Direito de uso em arrendamento (b)	–	–	–	–	7.054.637	–	2.082	7.056.719
Total	102.849.194	8.196.022	(652.203)	(370.939)	7.054.637	(1.144.135)	1.168.278	117.100.854

Depreciação	Vida útil estimada em anos	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (1)	Direito de uso em arrendamento (b)	Cessão de ativos (4)	Incorporação (5)	Saldo em 31/12/2019
Equipamentos de transmissão	3,5,7,8,10,12,13,15 e 25	(47.135.791)	(4.033.357)	465.659	(1.050)	–	353.041	(353.105)	(50.704.603)
Infraestrutura	5,10,12,15,20,25 e 30	(6.331.077)	(351.031)	53.908	–	–	30.101	(30.101)	(6.628.200)
Equipamentos de comutação	3,4,5,7,10 e 15	(13.617.386)	(883.556)	57.135	9.317	–	281.711	(282.456)	(14.435.235)
Prédios	20 e 25	(800.270)	(15.536)	1	–	–	–	–	(815.805)
Outros ativos imobilizados	5,13,15 e 25	(3.728.738)	(280.858)	25.942	4.629	–	85.000	(94.112)	(3.988.137)
Ajuste ao valor de realização	–	1.163.137	167	–	–	–	–	–	1.163.304
Imobilizado em operação e andamento		(70.450.125)	(5.564.171)	602.645	12.896	–	749.853	(759.774)	(75.408.676)
Direito de uso em arrendamento (b)		–	–	–	–	(1.029.178)	–	(263)	(1.029.441)
Total		(70.450.125)	(5.564.171)	602.645	12.896	(1.029.178)	749.853	(760.037)	(76.438.117)
Imobilizado, líquido		32.399.069	2.631.851	(49.558)	(358.043)	6.025.459	(394.282)	408.241	40.662.737

Consolidado										
Custo	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (1)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (1)	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2019
Equipamentos de transmissão	61.844.324	993.941	(326.186)	4.385.147	66.897.226	873.463	(475.712)	4.659.460	–	71.954.437
Infraestrutura	8.769.338	109.958	(63.807)	697.795	9.513.284	1.097	(72.417)	1.161.389	–	10.603.353
Equipamentos de comutação	15.424.234	–	(27.119)	2.475.608	17.872.723	4.154	(57.314)	1.434.439	–	19.254.002
Prédios	1.605.471	8.238	(3)	(468.271)	1.145.435	379	(1)	47.457	–	1.193.270
Terrenos	420.459	5.387	–	682	426.528	3.238	(1.853)	8.211	–	436.124
Outros ativos imobilizados	5.666.125	85.193	(32.538)	(1.350.387)	4.368.393	136.447	(27.717)	131.562	–	4.608.685
Ajuste ao valor de realização	(1.359.459)	–	1.003	–	(1.358.456)	(1)	–	–	–	(1.358.457)
Imobilizado em andamento (2)	3.069.443	8.816.913	(8.405)	(5.888.337)	5.989.614	7.271.558	(20.111)	(7.855.792)	–	5.385.269
Imobilizado em operação e andamento	95.439.935	10.019.631	(457.055)	(147.764)	104.854.747	8.290.335	(655.125)	(413.274)	–	112.076.683
Direito de uso em arrendamento (b)	–	–	–	–	–	–	–	–	6.954.057	6.954.057
Total	95.439.935	10.019.631	(457.055)	(147.764)	104.854.747	8.290.335	(655.125)	(413.274)	6.954.057	119.030.740

Depreciação	Vida útil estimada em anos	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (1)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (1)	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2019
Equipamentos de transmissão	3,5,7,8,10,12,13,15 e 25	(43.088.180)	(4.724.776)	325.113	(189.042)	(47.676.885)	(4.027.670)	459.425	(1.051)	–	(51.246.181)
Infraestrutura	5,10,12,15,20,25 e 30	(6.009.076)	(542.829)	19.184	(75.973)	(6.608.694)	(358.375)	53.908	(212)	–	(6.913.373)
Equipamentos de comutação	3,4,5,7,10 e 15	(12.877.080)	(1.057.026)	26.429	(33)	(13.907.710)	(939.865)	57.144	9.313	–	(14.781.118)
Prédios	20 e 25	(1.150.522)	(33.201)	3	362.079	(821.641)	(25.840)	1	–	–	(847.480)
Outros ativos imobilizados	5,13,15 e 25	(3.645.574)	(263.956)	27.992	6.774	(3.874.764)	(308.397)	26.308	4.841	–	(4.152.012)
Ajuste ao valor de realização	–	1.340.846	4.957	(1.003)	–	1.344.800	2.565	–	–	–	1.347.365
Imobilizado em operação e andamento		(65.429.586)	(6.616.831)	397.718	103.805	(71.544.894)	(5.657.582)	596.786	12.891	–	(76.592.799)
Direito de uso em arrendamento (b)		–	–	–	–	–	–	–	–	(1.027.371)	(1.027.371)
Total		(65.429.586)	(6.616.831)	397.718	103.805	(71.544.894)	(5.657.582)	596.786	12.891	(1.027.371)	(77.620.170)
Imobilizado, líquido		30.010.349	3.402.800	(59.337)	(43.959)	33.309.853	2.632.753	(58.339)	(400.383)	5.926.686	41.410.570

(1) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação bem como para o intangível. (2) O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4G) e construção de satélites pela Companhia. (3) Incorporação da controlada Star One pela Companhia, conforme Nota 8. (4) Trata dos bens utilizados pela Companhia para aumento de capital da controlada TdB, conforme nota 8. (5) Incorporação da controlada PMS pela Companhia, conforme Nota 8.

b) Movimentação do direito de uso em arrendamento: Incluem contratos de aluguel enquadrados na nova regra da IFRS16/CPC 06 (R2). Referem-se principalmente a arrendamento de lojas, terrenos, espaço em torres de terceiros, infraestrutura de rede, dentre outros (Nota 3.2).

Controladora	Vida útil estimada em anos	Adoção inicial em 01/01/2019	Adições, líquidas *	Amortização de direito de uso	Incorporação	Saldo em 31/12/2019
Equipamentos de transmissão	7	85.932	87.758	(25.493)	–	148.197
Prédios	5	107.916	91.267	(40.263)	114	159.034
Infraestrutura	3, 4 e 8	5.668.769	1.160.415	(1.110.842)	1.705	5.720.047
Direito de uso em arrendamento, líquido		5.862.617	1.339.440	(1.176.598)	1.819	6.027.278

Consolidado	Vida útil estimada em anos	Adoção inicial em 01/01/2019	Adições, líquidas *	Amortização de direito de uso	Saldo em 31/12/2019
Equipamentos de transmissão	7	85.931	87.760	(25.494)	148.197
Prédios	5	108.056	92.790	(40.508)	160.338
Infraestrutura	3, 4 e 8	5.680.271	1.047.110	(1.109.230)	5.618.151
Direito de uso em arrendamento, líquido		5.874.258	1.227.660	(1.175.232)	5.926.686

* Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar da Companhia embutido na contraprestação de arrendamento/locação de natureza de infraestrutura e prédios. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos.

Fluxo de caixa	Controladora Nominal	Ajustado Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	6.382.509	4.464.904
PIS/COFINS potencial*	123.980	86.731

* Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

c) Bens vinculados aos contratos de concessão: Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, firmados pela Companhia, estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões. Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. *d) Bens dados em garantia:* Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui imóveis e outros ativos imobilizados, arrolados e/ou nomeados à penhora em processos judiciais (R$603.033 em 31 de dezembro de 2018). *e) Satélites:* Em virtude da operação de incorporação da controlada Star One, a Companhia é sucessora legal de todos os bens, direitos e obrigações que compõem o acervo cindido, conforme Nota 8. Em 20 de outubro de 2017, a controlada Star One assinou contrato com a SSL - Space Systems Loral para construção do satélite Star One D2, que será equipado com "transponders" 52 nas Bandas C e Ku, 20 Gbps de capacidade em Banda Ka e uma certa capacidade em Banda X. O investimento total desse projeto está estimado em US$323.000.000 a entrada em operação comercial deverá ocorrer no segundo semestre de 2020. O satélite complementará a cobertura de Banda Ka do Star One D1, ampliando as ofertas de *backhaul* e banda larga para todo o território nacional. O Star One D2 também garantirá a continuidade dos serviços em Banda C e Ku do Star One C2. Com a Banda Ku, o satélite fornecerá capacidade de dados, vídeo e *Internet* para órgãos do Governo e grandes empresas de diversos setores das Américas do Sul e Central, incluindo o México, além de possibilitar a transmissão de sinais para TV por Assinatura. As ofertas de sinais de TV Aberta serão garantidas pela Banda C.O valor do imobilizado em andamento do projeto do satélite D2 em 31 de dezembro de 2019 é de R$914.225 (R$545.854 em 31 de dezembro de 2018). *f) Juros capitalizados:* A Companhia adota como prática capitalizar mensalmente os custos de empréstimos durante o período de construção de seus ativos qualificáveis (satélites), líquidos de receitas financeiras em conformidade com as práticas estabelecidas pelo CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. *g) Revisão da vida útil:* A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada em dados históricos, mudanças no ambiente de negócio no qual a Companhia atua e com base em avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo. *h) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis:* Conforme descrito na Nota 3.12, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicativos de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

10. Intangível:

Controladora												
Custo	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (1)	Cisão/Incorporação (3)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (1)	Cessão de ativos (4)	Incorporação (5)	Saldo em 31/12/2019
Licenças de outorga (2)	14.273.800	–	–	91.000	119.120	14.483.920	47.864	–	1.650	–	–	14.533.434
Direito de uso de *software*	4.212.881	19.487	(1.007)	243.523	22.410	4.497.294	2.007	(18)	625.753	(253.913)	254.028	5.125.151
Ágio	3.705.809	–	–	1.043	–	3.706.852	–	–	–	–	–	3.706.852
Direito de uso de circuitos e passagens	1.581.964	–	–	18.491	–	1.600.455	55.275	–	3.473	–	–	1.659.203
Fundo de comércio	92.176	–	–	(33)	–	92.143	–	–	100	–	–	92.243
Outros ativos intangíveis	255.119	–	–	63.148	–	318.267	–	–	–	–	–	318.267
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	1.628.684	–	–	(66.393)	–	1.562.291	–	–	–	–	–	1.562.291
Ajuste ao valor de realização	(157.725)	–	–	–	–	(157.725)	–	–	–	–	–	(157.725)
Intangível em andamento	288.447	338.516	–	(312.365)	–	314.598	222.415	–	(265.535)	(139)	145	271.484
Total	25.881.155	358.003	(1.007)	38.414	141.530	26.418.095	327.561	(18)	365.441	(254.052)	254.173	27.111.200

Amortização	Vida útil estimada (anos)	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (1)	Cisão/Incorporação (3)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (1)	Cessão de ativos (4)	Incorporação (5)	Saldo em 31/12/2019
Licenças de outorga (2)	6,15 e 20	(10.199.489)	(485.619)	–	–	(51.112)	(10.736.220)	(472.012)	–	–	–	–	(11.208.232)
Direito de uso de *software*	5	(2.929.575)	(269.933)	1.007	(21.716)	(21.567)	(3.241.784)	(339.545)	18	(7.398)	186.323	(186.410)	(3.588.796)
Ágio	–	(173.164)	–	–	(1.043)	–	(174.207)	–	–	–	–	–	(174.207)
Direito de uso de circuitos e passagens	5,12,15,20 e 30	(467.764)	(114.911)	–	21.785	–	(560.890)	(102.419)	–	–	–	–	(663.309)
Fundo de comércio	1	(89.526)	(2.634)	–	16	–	(92.144)	(17)	–	–	–	–	(92.161)
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	(278.043)	(891)	–	(57.793)	–	(336.727)	(2.226)	–	–	–	–	(338.953)
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7-6,7 e 10,75	(1.031.797)	(130.611)	–	58.122	–	(1.104.286)	(31.614)	–	–	–	–	(1.135.900)
Ajuste ao valor de realização	–	157.725	–	–	–	–	157.725	–	–	–	–	–	157.725
Total		(15.011.633)	(1.004.599)	1.007	(629)	(72.679)	(16.088.533)	(947.833)	18	(7.398)	186.323	(186.410)	(17.043.833)
Intangível, líquido		10.869.522	(646.596)	–	37.785	68.851	10.329.562	(620.272)	–	358.043	(67.729)	67.763	10.067.367

Consolidado									
Custo	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (1)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (1)	Saldo em 31/12/2019
Licenças de outorga (2)	14.374.139	–	–	109.781	14.483.920	47.863	–	1.650	14.533.433
Direito de uso de *software*	4.482.057	20.218	(1.007)	250.595	4.751.863	2.382	(18)	671.646	5.425.873
Ágio	3.705.810	–	–	1.043	3.706.853	–	–	–	3.706.853
Direito de uso de circuitos e passagens	1.593.581	–	–	18.491	1.612.072	55.274	–	3.473	1.670.819
Fundo de comércio	92.176	–	–	(34)	92.142	–	–	100	92.242
Outros ativos intangíveis	260.556	–	–	70.741	331.297	463	(78)	–	331.682
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	1.630.809	8	–	(66.465)	1.564.352	–	–	–	1.564.352
Ajuste ao valor de realização	(163.234)	–	–	(2.803)	(166.037)	–	–	–	(166.037)
Intangível em andamento	294.065	358.704	–	(336.762)	316.007	232.410	–	(269.086)	279.331
Total	26.269.959	378.930	(1.007)	44.587	26.692.469	338.392	(96)	407.783	27.438.548

Amortização	Vida útil estimada (anos)	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (1)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (1)	Saldo em 31/12/2019
Licenças de outorga (2)	6,15 e 20	(10.248.489)	(487.730)	–	–	(10.736.219)	(472.011)	–	–	(11.208.230)
Direito de uso de *software*	5	(3.137.082)	(294.190)	1.007	(17.739)	(3.448.004)	(367.228)	18	(7.400)	(3.822.614)
Ágio	–	(173.164)	–	–	(1.043)	(174.207)	–	–	–	(174.207)
Direito de uso de circuitos e passagens	5,12,15,20 e 30	(479.380)	(114.911)	–	21.785	(572.506)	(102.419)	–	–	(674.925)
Fundo de comércio	1	(89.527)	(2.634)	–	16	(92.145)	(17)	–	–	(92.162)
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	(282.226)	(949)	–	(64.590)	(347.765)	(2.950)	–	–	(350.715)
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7-6,7 e 10,75	(1.032.322)	(130.613)	–	58.140	(1.104.795)	(31.615)	–	–	(1.136.410)
Ajuste ao valor de realização	–	163.234	–	–	2.803	166.037	–	–	–	166.037
Total		(15.278.956)	(1.031.027)	1.007	(628)	(16.309.604)	(976.240)	18	(7.400)	(17.293.226)
Intangível, líquido		10.991.003	(652.097)	–	43.959	10.382.865	(637.848)	(78)	400.383	10.145.322

(1) Representam transferências do intangível em andamento para operação, bem como do imobilizado para o intangível. (2) As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal. (3) Incorporação da controlada Star One pela Companhia, conforme Nota 8. (4) Trata de intangíveis utilizados pela Companhia para aumento de capital da controlada TdB, conforme nota 8. (5) Incorporação da controlada PMS pela Companhia, conforme Nota 8.

continua—☆

continuação

11. Fornecedores e outras contas a pagar:

11.1 Fornecedores:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços				
Fornecedores diversos	**5.508.528**	8.342.298	**5.748.662**	8.663.436
Interconexão *e roaming*	**127.848**	101.017	**127.886**	101.017
Cobilling	**73.251**	61.817	**73.251**	61.817
	5.709.627	8.505.132	**5.949.799**	8.826.270
11.2 Outras contas a pagar				
Fornecedores - cessão de crédito (1)	**3.832.960**	1.986.943	**3.832.960**	1.986.943
	3.832.960	1.986.943	**3.832.960**	1.986.943
Total fornecedores e outras contas a pagar	**9.542.587**	10.492.075	**9.782.759**	10.813.213
Circulante	**8.772.707**	10.491.733	**9.012.879**	10.812.871
Não Circulante	**769.880**	342	**769.880**	342

(1) Para alguns projetos de construção de rede, de mais longo prazo, a Companhia negociou com determinados fornecedores prazos mais extensos de pagamento. Para estes projetos a Companhia anuiu a cessão de créditos por parte de alguns dos principais fornecedores que permite a antecipação do contas a receber destes fornecedores para estes projetos. Considerando que a cessão de créditos a instituições financeiras é uma opção e deliberação exclusiva dos fornecedores e a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há despesa ou receita financeira para a Companhia.

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Custo médio da dívida	2019 Circulante	2019 Não circulante	2019 Total	2018 Circulante	2018 Não circulante	2018 Total
Moeda nacional							
Debêntures (a)	**104,24% CDI**	**1.533.503**	**2.100.000**	**3.633.503**	1.024.658	2.600.000	3.624.658
Notas promissórias (b)	**107,16% CDI**	**–**	**2.455.078**	**2.455.078**	1.451.676	–	1.451.676
Finame (c)	**–**	**–**	**–**	**–**	4.128	–	4.128
Finep (d)	**–**	**–**	**–**	**–**	2	1.198	1.200
Total da dívida	**105,40% CDI**	**1.533.503**	**4.555.078**	**6.088.581**	2.480.464	2.601.198	5.081.662

Segue abaixo as movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures:

Consolidado

	Saldo em 31/12/2017	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Correção Monetária/ Cambial	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2018
Debêntures (a)	2.523.962	1.100.000	–	(199.088)	–	199.784	3.624.658
Notas promissórias (b)	1.022.275	710.000	(350.000)	(27.738)	–	97.139	1.451.676
Finame (c)	626.326	–	(621.407)	(31.347)	1.676	28.880	4.128
Finep (d)	1.201	–	–	(59)	–	58	1.200
Empréstimos CCB (e)	65.037	–	(65.000)	(37)	–	–	–
	4.238.801	1.810.000	(1.036.407)	(258.269)	1.676	325.861	5.081.662

Consolidado

	Saldo em 31/12/2018	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2019
Debêntures (a)	3.624.658	**1.000.000**	**(1.000.000)**	**(191.434)**	**200.279**	**3.633.503**
Notas promissórias (b)	1.451.676	**2.360.000**	**(1.360.000)**	**(159.087)**	**162.489**	**2.455.078**
Finame (c)	4.128	**–**	**(4.119)**	**(93)**	**84**	**–**
Finep (d)	1.200	**–**	**(1.198)**	**(83)**	**81**	**–**
	5.081.662	**3.360.000**	**(2.365.317)**	**(350.697)**	**362.933**	**6.088.581**

a) Debêntures: Em 02 de setembro de 2019, a Companhia realizou a 9ª emissão de 100.000 debêntures quirografárias (nona emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R$1.000.000 de principal, remuneradas a 106,5% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de março de 2020, e prazo de 3 anos, com vencimento final em setembro de 2022. As debêntures emitidas não têm garantia. No vencimento, em 23 de maio de 2019, a Companhia liquidou 100.000 debêntures relativas à sétima emissão da companhia, no valor de R$1.000.000 de principal e R$13.907 de juros, remuneradas a 103,9% de CDI, emitidas em 02 de junho de 2017. Em 28 de março de 2018, a Companhia realizou a emissão de 110.000 debêntures quirografárias (sexta emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$10.000, totalizando R$1.100.000 de principal, remuneradas a 104% do CDI, juros a serem pagos trimestralmente a partir de 28 de junho de 2018, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 28 de março de 2021. As debêntures emitidas não têm garantia. Em 25 de outubro de 2017, a Companhia realizou a emissão de 1.500.000 debêntures quirografárias (quinta emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$1.000, totalizando R$1.500.000 de principal, remuneradas a 102,9% do CDI, juros a serem pagos trimestralmente a partir de 16 de janeiro de 2018, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 16 de outubro de 2020. As debêntures emitidas não têm garantia da Companhia. b) Notas promissórias: Em 22 de novembro de 2019, a Companhia emitiu 360 notas promissórias (sexta emissão), com valor nominal unitário de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) totalizando R$360.000 com vencimento em 22 de novembro de 2021, com taxa de juros remuneratórios de CDI + 0,60%, a serem pagos ao final junto com o principal. As notas promissórias emitidas não têm garantia. No vencimento, em 22 de novembro de 2019, a Companhia liquidou 360 notas promissórias (quarta emissão), totalizando R$360.000 de principal e R$22.580 de juros, remuneradas a 103,25% de CDI, emitidas em 27 de novembro de 2018. No vencimento, em 02 de setembro de 2019, a Companhia liquidou 100 notas promissórias (segunda emissão), totalizando R$1.000.000 de principal e R$136.507 de juros, remuneradas a 102,4% de CDI, emitidas em 12 de setembro de 2017. Em 29 de março de 2019, a Companhia emitiu 400 notas promissórias (quinta emissão), com valor nominal unitário de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) totalizando R$2.000.000 com vencimento em 29 de março de 2022, com taxa de juros remuneratórios de 106% do CDI, a serem pagos ao final junto com o principal. As notas promissórias emitidas não têm garantia. Em 27 de novembro de 2018, a Companhia realizou a emissão de 360 notas promissórias (quarta emissão), com valor nominal unitário de R$1.000.000, totalizando R$360.000, vencimento em 22 de novembro de 2019, taxa de juros remuneratórios de 103,25% do CDI, a serem pagos ao final junto com o principal. As notas promissórias emitidas não têm garantia. No vencimento, 27 de novembro de 2018, a Companhia liquidou 350 notas promissórias (terceira emissão), totalizando R$350.000 de principal e R$11.198 de juros, remuneradas a 102,45% de CDI, emitidas em 29 de maio de 2018. Em 29 de maio de 2018, a Companhia emitiu 350 notas promissórias (terceira emissão), com valor nominal unitário de R$1.000.000, totalizando R$ 350.000, vencimento em 27 de novembro de 2018, taxa de juros remuneratórios de 102,45% do CDI, a serem pagos ao final junto com o principal. As notas promissórias emitidas não têm garantia. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia emitiu 100 notas promissórias (segunda emissão), com valor nominal unitário de R$10.000.000, totalizando R$1.000.000, vencimento em 02 de setembro de 2019, taxa de juros remuneratórios de 102,40 % do CDI, a serem pagos ao final junto com o principal. Os recursos obtidos foram integralmente utilizados para o reperfilamento de passivos da Companhia e o saldo remanescente para outros fins corporativos da Companhia. As notas promissórias emitidas não têm garantia. c) Finame: Refere-se ao financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) visando à expansão e modernização da rede de serviços. Em outubro de 2019, a Companhia liquidou todos os contratos de Finame da Companhia. A Companhia realizou o pré-pagamento de alguns contratos de operações de repasse de Finame junto ao BNDES, com o objetivo de adequar o custo da sua dívida à atual taxa básica de juros praticada pelo mercado. Em agosto de 2018, ocorreu o pré-pagamento de R$440.933 de principal e juros. Para todas as liberações de Finame, o prazo para amortização do valor de principal é até 2022, com taxas de juros variando de 3,0% a 9,5% a.a. e URTJLP. Nas operações de Finame, os próprios equipamentos financiados se constituem em garantias fiduciárias. d) Finep: Em 25 fevereiro de 2019, a Companhia decidiu pelo pré-pagamento de 100% do contrato com a FINEP-Financiadora de Estudos e Projetos. A Companhia liquidou R$1.198 de principal e R$83 de juros. e) Empréstimos Cédula de Crédito Bancário (“CCB”): Em 27 de dezembro de 2017, para atender a seus compromissos financeiros, a Companhia emitiu CCB, no valor de R$65.000 de principal, com vencimento em 30 de janeiro de 2018 e taxa de juros remuneratórios de 107,00% do CDI. A CCB emitida não tinha garantia. Na data do vencimento, a Companhia liquidou o CCB, com juros no valor de R$37. f) Compromissos financeiros e não financeiros: Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros, além do pagamento de juros devidos nos respectivos vencimentos conforme estipulados nos contratos firmados.

13. Obrigações fiscais, líquidas:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Obrigações fiscais, líquidas				
FUST/FUNTTEL	**185.589**	196.087	**186.040**	196.580
ICMS	**–**	–	**1.715**	2.143
PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL	**–**	–	**7.990**	35.416
ISS	**25.121**	23.810	**27.285**	31.016
CIDE	**13.944**	30.994	**14.958**	31.175
Refis	**2.879**	3.372	**2.879**	3.375
Outros	**4.089**	3.507	**5.849**	6.309
Total	**231.622**	257.770	**246.716**	306.014
Circulante	**86.604**	112.752	**101.539**	160.837
Não circulante	**145.018**	145.018	**145.177**	145.177

14. Provisões:

Natureza	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Contingências				
Tributárias	**4.214.373**	4.092.426	**4.219.037**	4.098.040
Regulatórias, cíveis e ambientais	**1.705.273**	1.648.890	**1.705.349**	1.648.977
Trabalhistas e previdenciárias	**917.470**	848.868	**924.130**	854.700
	6.837.116	6.590.184	**6.848.516**	6.601.717
Provisão para desmantelamento de ativos	**626.631**	652.732	**627.389**	652.732
Participação de empregados no resultado	**404.638**	360.033	**421.498**	373.608
Provisão para perdas com investimentos (1)	**10.423**	186	**48**	66
Total de provisões	**7.878.808**	7.603.135	**7.897.451**	7.628.123
Circulante	**478.409**	424.942	**495.269**	438.516
Não circulante	**7.400.399**	7.178.193	**7.402.182**	7.189.607

(1) Provisão para perda passivo a descoberto, conforme Nota 8.

14.1 Contingências: A movimentação dos saldos de contingências prováveis na controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

Controladora

	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas e previdenciárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.117.577	1.295.853	403.917	6.817.347
Adições (reversões), líquidas	(1.719.188)	492.450	558.490	(668.248)
Baixas por pagamentos	(5.041)	(344.815)	(149.092)	(498.948)
Atualização monetária	699.078	205.402	35.553	940.033
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.092.426	1.648.890	848.868	6.590.184
Adições (reversões), líquidas	**27.817**	**238.935**	**210.082**	**476.834**
Baixas por pagamentos	**(15.028)**	**(267.475)**	**(179.811)**	**(462.314)**
Atualização monetária	**106.098**	**84.903**	**38.331**	**229.332**
Adição por incorporação (1)	**3.060**	**20**	**–**	**3.080**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**4.214.373**	**1.705.273**	**917.470**	**6.837.116**

(1) Incorporação da controlada PMS pela Companhia, conforme Nota 8.

Consolidado

	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas e previdenciárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.119.809	1.295.923	410.659	6.826.391
Adições (reversões), líquidas (1)	(1.715.813)	492.492	558.482	(664.839)
Baixas por pagamentos	(5.086)	(344.851)	(150.700)	(500.637)
Atualização monetária	699.130	205.413	36.259	940.802
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.098.040	1.648.977	854.700	6.601.717
Adições (reversões), líquidas	**29.754**	**238.936**	**212.054**	**480.744**
Baixas por pagamentos	**(15.055)**	**(267.475)**	**(181.358)**	**(463.888)**
Atualização monetária	**106.298**	**84.911**	**38.734**	**229.943**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**4.219.037**	**1.705.349**	**924.130**	**6.848.516**

(1) Em virtude de decisão judicial favorável à Companhia, foi revertida a provisão de contingências, relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e COFINS, no montante de R$2.316.453 (R$1.514.830 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R$801.623 registrado no resultado financeiro). Foram constituídas provisões de contingências na Companhia no valor de R$920.396, relacionadas principalmente a exigência de Imposto de Renda decorrente de operações de ágio, PIS e COFINS sobre operações de venda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no ano-calendário 1998, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), bem como glosa de compensação de créditos do extinto Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido (ILL). Referidas provisões decorreram de decisões desfavoráveis, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujos fundamentos motivaram a reavaliação da sua probabilidade de perda para provável, pela Administração e seus consultores jurídicos.

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Depósitos judiciais	**3.357.668**	3.257.444	**3.367.843**	3.267.901
Bloqueios judiciais	**15.988**	30.583	**15.989**	30.815
Total	**3.373.656**	3.288.027	**3.383.832**	3.298.716

A situação jurídica da Companhia e das suas controladas engloba processos de natureza tributária, cível, regulatória e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia e das suas controladas, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. Segue abaixo descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas. As contingências cujo desfecho desfavorável é considerado como possível não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37). 14.1.1. Contingências tributárias: Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. a) ICMS: A Claro possui contingências fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2019 no valor de R$10.048.724 (R$9.579.083, em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$736.596 são classificados como perda provável (R$648.565 em 31 de dezembro de 2018) e R$9.312.128 são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis (R$8.930.518 em 31 de dezembro de 2018). Dentre as contingências de ICMS, destacamos: A Companhia possui autuações fiscais para exigência de ICMS principalmente sobre a cessão de capacidade satelital. Em 31 de dezembro de 2019, essas causas montam a R$3.804.127 (R$3.678.441 em 31 de dezembro de 2018), as quais foram avaliadas como possíveis de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. A Claro possui também autuações fiscais de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. O valor dessas contingências é de R$454.094 em 31 de dezembro de 2019 (R$442.012 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos da Companhia. A Claro possui contingências fiscais, oriundas da incorporada NET, referente a exigência de ICMS, pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em razão da não tributação das receitas decorrentes da locação de equipamentos, no valor de R$494.335 em 31 de dezembro de 2019 (R$459.484 em 31 de dezembro de 2018), do qual foi provisionado o valor de R$315.237, relativo ao auto de infração lavrado pelo estado do Rio de Janeiro (R$307.878 em 31 de dezembro de 2018). O valor remanescente é avaliado pela Administração e seus consultores como possível de perda. A Companhia possui autuação fiscal no valor atualizado de R$738.369 em 31 de dezembro de 2019 (R$771.472 em 31 de dezembro de 2018), referente ao ICMS sobre determinadas atividades, entendidas como não integrantes dos serviços de comunicação de dados. A probabilidade de perda desta causa é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos. A Claro possui ainda autuações fiscais decorrentes de crédito indevido de ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada como insumo em seus estabelecimentos operacionais, no valor de R$160.603 em 31 de dezembro de 2019 (R$279.837 em 31 de dezembro de 2018), são classificados como possíveis de perda por seus consultores jurídicos. b) CSLL/IRPJ: A Companhia, possui contingências fiscais de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2019 no valor de R$3.481.834 (R$3.466.960 em 31 de dezembro de 2018), do qual R$871.366 foi classificado como perda provável (R$952.498 em 31 de dezembro de 2018) e R$2.610.468 classificado pela Administração e seus consultores como possível (R$2.514.462 em 31 de dezembro de 2018). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: A Claro possui exigência fiscal, oriunda da incorporada Embratel, relativa ao IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do tráfego entrante, no valor de R$290.268 (R$285.464 em 31 de dezembro de 2018), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como provável, tendo sido constituída provisão pelo valor integral. A Claro possui contingências fiscais referentes a exigência de IRPJ e a CSLL resultantes de amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos, no montante de R$2.415.891 em 31 de dezembro de 2019 (R$2.147.037 em 31 de dezembro de 2018). Em julgamento realizado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R$113.936 (R$109.926 em 31 de dezembro de 2018), sendo o valor restante no montante de R$2.301.955 (R$2.037.111 em 31 de dezembro de 2018), classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. c) IRRF/CIDE: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF e CIDE no valor de R$556.559 em 31 de dezembro de 2019 (R$525.358 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste montante, R$17.037 em 31 de dezembro de 2019 (R$11.917 em 31 de dezembro de 2018) são classificados como perdas prováveis e R$539.522 em 31 de dezembro de 2019 (R$513.441 em 31 de dezembro de 2018), são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como perdas possíveis. d) PIS/COFINS: A Claro e as suas controladas TdB e BrasilCenter possuem autuações de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2019 no valor de R$3.576.380 (R$2.970.141 em 31 de dezembro de 2018), do qual R$1.139.909 foi classificado como perda provável (R$1.061.282 em 31 de dezembro de 2018) e R$2.436.471 foi classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis (R$1.908.859 em 31 de dezembro de 2018). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos: A Claro possui contingências de PIS e COFINS relacionada à exclusão de receitas de interconexão da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R$1.091.692 em 31 de dezembro de 2019 (R$1.028.437 em 31 de dezembro de 2018), tendo sido constituída provisão no valor integral da contingência. Em setembro de 2018, considerando a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 574.706 submetido à sistemática da repercussão geral, a Administração e seus consultores jurídicos, entenderam pela reversão da provisão constituída pela Claro, no montante de R$2.316.453. A Claro possui ainda contingências fiscais relacionadas a glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo, no valor de R$1.495.584 em 31 de dezembro de 2019 (R$1.448.311 em 31 de dezembro de 2018). Os consultores jurídicos da Companhia avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa. e) FUST/FUNTTEL: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST no valor de R$3.281.723 atualizados em 31 de dezembro de 2019 (R$2.633.472 em 31 de dezembro de 2018), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como probabilidade de perda provável o montante de R$344.542 atualizados em 31 de dezembro de 2019 (R$336.159 em 31 de dezembro de 2018), e o restante como possível. A Claro e a sua controlada TdB possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL no valor de R$1.002.569 em 31 de dezembro de 2019 (R$955.675 em 31 de dezembro de 2018), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTTEL. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como probabilidade de perda provável o montante de R$296 atualizados em 31 de dezembro de 2019 (R$589 em 31 de dezembro de 2018) e o restante como possível. f) Saldo negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL/ILL: A Claro e a suas controladas TdB e BrasilCenter possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de Saldo Negativo de IRPJ, Base Negativa de CSLL e ILL, no valor de R$602.733 (R$587.357 em 31 de dezembro de 2018) dos quais R$414.823 (R$403.340 em 31 de dezembro de 2018) são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis e R$187.910 como prováveis de perda em 31 de dezembro de 2019 (R$184.017 em 31 de dezembro de 2018). g) ISS: A Claro e sua controlada BrasilCenter possuem contingências de ISS substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, e outros serviços, considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R$2.567 (R$4.964 em 31 de dezembro de 2018) foi provisionado e R$411.931 (R$707.360 em 31 de dezembro de 2018) são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda. h) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC: A Claro possui contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública no valor de R$915.792 em 31 de dezembro de 2019 (R$878.306 em 31 de dezembro de 2018), do qual foi provisionado o valor de R$910.740 (R$876.242 em 31 de dezembro de 2018). i) Taxa de Fiscalização e Instalação (“TFI”): A Claro possui contingência referente ao não recolhimento da TFI supostamente devida em razão das renovações das licenças de direito de uso de radiofrequências no valor de R$2.246.161 em 31 de dezembro de 2019 (R$2.155.608 em 31 de dezembro de 2018). A Administração e seus consultores jurídicos da Companhia avaliam como possível a probabilidade de perda. j) Outras contingências tributárias: A Claro e as suas controladas TdB e Reyc possuem outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo CPMF, ITR, IPI, IOF, II, Contribuições para o Senai e para o FGTS, multas na importação de mercadorias e outros no valor de R$90.349 em 31 de dezembro de 2019 (R$108.252 em 31 de dezembro de 2018). Foi constituída provisão no valor de R$7.615 nas controladas em 31 de dezembro de 2019 (R$21.369 em 31 de dezembro de 2018). 14.1.2. Contingências regulatórias, cíveis, ambientais, trabalhistas e previdenciárias: Incluem diversas demandas cíveis, ambientais e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 foi de R$2.853.027, sendo R$998.613 considerado como perda provável e R$1.854.414 como possível (R$966.360 considerado como perda provável e R$1.679.435 como possível, em 31 de dezembro de 2018). Para as demandas cíveis, em 31 de dezembro de 2019, o valor foi de R$2.494.633, sendo R$624.228 considerado como perda provável e R$1.870.405 como possível (R$576.785 considerado como perda provável e R$1.649.445 como possível em 31 de dezembro de 2018). Para as demandas de consumidor, em 31 de dezembro de 2019, foi de R$778.328, sendo R$73.771 considerado como perda provável e R$704.557 como possível (R$94.872 considerado como perda provável e R$704.451 como possível em 31 de dezembro de 2018). Para as demandas ambientais o valor envolvido em 31 de dezembro de 2019, foi de R$222.526, sendo R$8.737 considerado como perda provável e R$213.789 como possível (R$10.960 considerado como perda provável e R$220.027 como possível, em 31 de dezembro de 2018). Para as demandas trabalhistas o valor envolvido em 31 de dezembro de 2019, foi de R$3.234.404, sendo R$924.130 considerado como perda provável e R$2.310.274 como possível (R$854.700 considerado como perda provável e R$2.520.161 como possível, em 31 de dezembro de 2018). Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento expressivo aproximado dos valores contingenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST, motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na TRD. A Claro e a sua controlada BrasilCenter possuem contingências referentes à exigência de contribuições previdenciárias, no período de 1996 a 2013, no valor atualizado de R$169.062 em 31 de dezembro de 2019 (R$168.147 em 31 de dezembro de 2018), sendo que R$456 foi classificado como perda provável (R$434 em 31 de dezembro de 2018) e R$168.606 (R$167.713 em 31 de dezembro de 2018) foi classificado como perda possível pela Administração e seus consultores jurídicos. 14.1.2.1. Regulatórias: a) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas: a.1) *Correção monetária:* Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos. Se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor da indenização pode aumentar. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu provisão de R$684.167 (R$673.202 em 31 de dezembro de 2018) com risco provável. *a.2) MMDS:* Em 16 de outubro de 2012, a Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do artigo 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010. Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI. Em julho de 2013 a Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender ilegal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a Claro efetuou o depósito judicial de R$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Informamos que durante o ano de 2016, a Claro e algumas empresas parte Ré realizaram acordo pondo fim às disputas objeto da Ação judicial em comento. Referidos acordos não implicam em reconhecimento de tese de uma parte à outra, estando os mesmos devidamente homologados judicialmente. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, como perda possível. b) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC: Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação. Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2019, R$29.564 como perda provável (R$26.653 em 31 de dezembro de 2018) e R$139.094 como perda possível (R$127.661 em 31 de dezembro de 2018). c) Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas à autorização do SMP: Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela Claro, nos termos dos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação. Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2019, R$227.681 (R$225.210 em 31 de dezembro de 2018) como perda provável. d) Implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica: Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia, ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais no valor de R$2.065 (R$2.015 em 31 de dezembro de 2018), avaliadas pela Administração e seus consultores jurídicos como perda possível. e) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO’s): Em decorrência de alegado descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente, tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2019 o valor de R$284.881 como perda provável e R$1.715.320 como perda possível (R$266.505 como perda provável e R$1.549.759 como perda possível em 31 de dezembro de 2018). 14.1.2.2. Cíveis: a) Decreto (SAC): Em 27 de julho de 2009, foi movida uma ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da Claro, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por ter alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e III da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/08. O valor envolvido é de R$301.350 como perda possível. Em setembro de 2013, a Claro foi condenada ao pagamento de R$30.000, a título de danos morais coletivos. A controladora, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliou, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, como perda possível. b) Disputa com terceiros: A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos, avaliado em 31 de dezembro de 2019 o valor de R$624.228 como perda provável (R$576.785 em 31 de dezembro de 2018), e R$1.569.055 como perda possível (R$1.348.095 em 31 de dezembro de 2018). **14.2. Provisão para desmantelamento de ativos:** A Companhia mantém registrada provisão para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente. Em 31 de dezembro de 2019, o montante registrado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R$217.241 (R$268.545 em 31 de dezembro de 2018). E o montante de R$626.631 a crédito no passivo, na rubrica de outros passivos não circulante (R$652.732 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia. A taxa de desconto foi estimada com base na Selic, sendo 6,5% em 31 de dezembro de 2019 (6,5% em 31 de dezembro de 2018). A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Saldo inicial	**652.732**	613.241	**652.732**	613.241
Atualização monetária	**(19.850)**	(11.538)	**(19.740)**	(11.538)
Adições (baixas), líquidas	**(6.251)**	51.029	**(5.603)**	51.029
Total	**626.631**	652.732	**627.389**	652.732

15. Transações com partes relacionadas: 15.1. Condições gerais: As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. Certas transações (*cobilling*, longa distância, venda de equipamentos, *fees* referentes aos serviços prestados de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas conforme contrato de prestação de serviços, taxa cobrada pelo uso da marca “Claro” e outros), por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais. Conforme descrito na Nota 1, a Companhia junto com as demais operadoras adquirentes da Radio-frequência na faixa de 700Mhz (através do leilão realizado em dezembro de 2014) constituíram em 2 de março de 2015 a Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD). Conforme descrito na Nota 16, a Claro e sua controlada TdB são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto à Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social (“Telos”). Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

Controladora

	Natureza da transação	2019 Ativo	2019 Passivo	2018 Ativo	2018 Passivo	2019 Receita (despesa)	2018 Receita (despesa)
AMX Argentina	(a)	**252.420**	**–**	167.088	–	**135.869**	156.822
Comunicación Celular, S.A. (“Comcel”)	(b)	**176.013**	**211**	101.683	–	**425.039**	347.018
Amov Finance B.V.	(c)	**–**	**21.236.610**	–	23.089.778	**(2.579.863)**	(2.827.806)
Claro Chile		**6.196**	**–**	3.352	–	**13.992**	(344)
Puerto Rico Telephone Company, INC (“Puerto Rico”) (1)		**–**	**–**	–	138.849	**(28.623)**	(2.297)
Americel S.A.		**15.918**	**303.837**	15.805	212.116	**(153.480)**	(154.534)
Telmex Latam		**7.032**	**132.090**	–	139.817	**(27.361)**	(21.019)
Claro Video, LLC (“DLA”)		**–**	**4.663**	90.341	29.515	**(154.011)**	(83.167)
Primesys Soluções Empresariais S.A. (“PMS”) (2)		**–**	**–**	445.367	635.972	**36.196**	531.720
Star One S.A. (“Star One”) (3)		**–**	**–**	–	–	**–**	(34.629)
HITSS do Brasil Serviços (“ HITSS ”)		**1.704**	**71.886**	151	44.015	**(186.224)**	(155.332)
Procisa do Brasil Projetos e Construções (“Procisa”)		**1.487**	**56.670**	1.488	57.299	**(124.923)**	(120.721)
Telmex Colombia S.A.		**–**	**–**	38.287	1.139	**44.567**	86.863
América Móvil		**–**	**28.933**	–	29.074	**–**	–
Cablena		**45**	**4.271**	46	50.292	**–**	(5.397)
BrasilCenter Comunicações Ltda.		**18.229**	**28.536**	6.524	16.360	**(340.838)**	(226.478)
Claro Telecom Participações S.A.		**54**	**1.553.917**	–	1.559.451	**(93.615)**	(42.047)
Claro Corporate (4)		**–**	**–**	3.353	–	**99**	10
Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (“Tvsat”) (5)		**943.528**	**1.409.501**	1.985.829	2.726.746	**58.828**	1.299.423
Telmex do Brasil		**827.432**	**1.160.450**	1.030.498	1.413.125	**40.474**	1.038.691
Outras partes relacionadas		**19.028**	**123.639**	24.118	119.859	**70.593**	61.850
		2.269.086	**26.115.214**	3.913.930	30.263.407	**(2.863.281)**	(151.374)
Circulante		**2.269.086**	**3.778.399**	3.913.930	6.041.790		
Não circulante		**–**	**22.336.815**	–	24.221.617		

(1) Inclui contrato de aquisição de Direito Irrevogável de Uso de Capacidade. (2) Incorporada pela Companhia, conforme Nota 8. (3) Incorporada pela Companhia, conforme Nota 8. (4) Incorporada pela controlada TdB, conforme Nota 8. (5) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados.

Consolidado

	Natureza da transação	2019 Ativo	2019 Passivo	2018 Ativo	2018 Passivo	2019 Receita (despesa)	2018 Receita (despesa)
AMX Argentina	(a)	**253.513**	**–**	176.271	–	**142.358**	180.308
Comunicación Celular, S.A. (“Comcel”)	(b)	**184.098**	**211**	111.803	–	**463.536**	387.158
Amov Finance B.V.	(c)	**–**	**21.236.610**	–	23.364.398	**(2.581.179)**	(2.857.841)
Claro Chile		**6.196**	**–**	3.352	–	**13.992**	3.429
Puerto Rico Telephone Company, INC (“Puerto Rico”) (1)		**–**	**–**	–	138.849	**(28.623)**	(2.297)
Americel S.A.		**15.918**	**303.837**	15.805	212.116	**(153.480)**	(154.835)
Telmex Latam		**7.032**	**132.090**	–	139.817	**(27.361)**	(21.019)
Claro Video, LLC (“DLA”)		**–**	**4.663**	90.341	36.444	**(165.610)**	(136.312)
HITSS do Brasil Serviços (“ HITSS ”)		**1.745**	**73.945**	1.401	47.854	**(200.058)**	(165.124)
Procisa do Brasil Projetos e Construções (“Procisa”)		**2.317**	**56.683**	3.601	57.423	**(124.911)**	(120.847)
Telmex Colombia S.A.		**–**	**–**	38.287	1.139	**44.567**	86.863
América Movil		**–**	**28.933**	–	29.074	**–**	–
Cablena do Brasil Ltda.		**45**	**4.271**	46	50.292	**(423)**	(5.397)
Claro Telecom Participações S.A.		**54**	**1.553.917**	–	1.559.451	**(93.615)**	(42.047)
Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (“Tvsat”) (2)		**961.632**	**1.409.501**	1.997.575	2.726.746	**90.392**	1.362.058
Outras partes relacionadas		**28.071**	**52.611**	59.863	48.426	**141.959**	172.116
		1.460.621	**24.857.272**	2.498.345	28.412.029	**(2.478.456)**	(1.313.787)
Circulante		**1.460.621**	**2.520.457**	2.498.345	3.916.872		
Não circulante		**–**	**22.336.815**	–	24.495.157		

(1) Inclui contrato de aquisição de Direito Irrevogável de Uso de Capacidade. (2) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados. (a) Em 07 de março de 2008, a Claro e a AMX Argentina, firmaram o contrato de licença para uso pela AMX Argentina de diversas marcas de propriedade da Claro, no território argentino. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida pela AMX Argentina durante os trimestres. O prazo deste contrato foi de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos. (b) Refere-se a serviços de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas, prestados pela Claro, conforme contratos de prestação de serviços e assistência técnica, com base em percentual calculado sobre as receitas operacionais das empresas assessoradas. Possuem vencimentos de 30 a 60 dias e não há incidência de encargos financeiros, incorrendo apenas atualização pela variação do dólar norte-americano. O prazo desses contratos é de um ano, renovável a cada término de vigência. (c) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Consolidado

Empresa	Referência	Parte Relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	31/12/2017	Captações	Pagamentos (2)	Juros pagos (2)	Provisão de Juros	31/12/2018
Claro	c.2)	Amov Finance B.V.	10,50%	26 de fevereiro de 2021	–	332.140	(4.000)	(27.892)	28.275	328.523
Claro	c.3)	Amov Finance B.V.	10,50%	28 de dezembro de 2020	434.186	–	(2.000)	(46.140)	46.138	432.184
TdB	c.4)	Amov Finance B.V.	10,80%	28 de dezembro de 2020	274.620	–	–	(30.035)	30.035	274.620
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	10,50%	14 de março de 2024	3.149.608	–	(1.345.498)	(1.542.459)	1.314.318	1.575.969
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	11,50%	15 de março de 2027	21.913.114	–	(1.556.718)	(1.042.369)	1.439.075	20.753.102
					25.771.528	332.140	(2.908.216)	(2.688.895)	2.857.841	23.364.398

Consolidado

Empresa	Referência	Parte Relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	31/12/2018	Captações	Pagamentos (2)	Juros pagos (2)	Provisão de Juros	31/12/2019
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	6,75%	17 de julho de 2019	–	**148.500**	**(148.500)**	**(5.073)**	**5.073**	**–**
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	6,80%	16 de agosto de 2019	–	**132.000**	**(132.000)**	**(4.813)**	**4.813**	**–**
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	6,85%	17 de setembro de 2019	–	**225.000**	**(225.000)**	**(8.809)**	**8.809**	**–**
Claro	c.2)	Amov Finance B.V.	10,50%	26 de fevereiro de 2021	328.523	**–**	**(328.140)**	**(15.415)**	**15.032**	**–**
Claro	c.3)	Amov Finance B.V.	10,50%	28 de dezembro de 2020	432.184	**–**	**(431.680)**	**(21.305)**	**20.801**	**–**
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	7,85%	15 de janeiro de 2021	–	**275.689**	**(275.689)**	**(13.719)**	**13.719**	**–**
TdB	c.4)	Amov Finance B.V.	10,80%	28 de dezembro de 2020	274.620	**–**	**(274.291)**	**(1.646)**	**1.317**	**–**
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	10,50%	14 de março de 2024	1.575.969	**–**	**(1.427.602)**	**(149.587)**	**133.708**	**132.488**
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	11,50%	15 de março de 2027	20.753.102	**–**	**(62.326)**	**(2.364.199)**	**2.363.395**	**20.689.972**
Claro	c.6)	Amov Finance B.V.	6,55%	20 de dezembro de 2019	–	**158.300**	**(158.300)**	**(5.242)**	**5.242**	**–**
Claro	c.7)	Amov Finance B.V.	7,85%	15 de janeiro de 2021	–	**404.880**	**–**	**–**	**9.270**	**414.150**
					23.364.398	**1.344.369**	**(3.463.528)**	**(2.589.808)**	**2.581.179**	**21.236.610**

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias. (2) Em 2019 e 2018, a Companhia liquidou juros e antecipou a liquidação parcial de alguns contratos de empréstimos com a Amov Finance B.V.

c.1) Em 17 de janeiro de 2019, a Companhia contratou empréstimos no valor total de R$505.500. Estes empréstimos foram utilizados para compor o reperfilamento de passivos da Companhia. No decorrer de 2019, a Companhia efetuou o pagamento total destes contratos. c.2) Em 29 de março e 28 de fevereiro de 2018, a Companhia contratou novos empréstimos no valor de R$166.000 e R$166.140 respectivamente. Estes empréstimos foram utilizados integralmente para compor o reperfilamento de passivos da Companhia. c.3) O contrato da Companhia, cujo vencimento ocorreria dia 29 de dezembro de 2017, foi refinanciado com a Amov Finance B.V., com vencimento para 28 de dezembro de 2020 e taxa de juros fixa de 10,50% a.a. No decorrer de 2019, a Companhia antecipou o pagamento do principal de R$431.680. c.4) Em 17 de janeiro de 2019, através de um contrato de assunção de dívida, do saldo do contrato da controlada TdB no valor de R$274.290, a Companhia assumiu a dívida que a controlada TdB tinha com a Amov Finance B.V., pelo valor total de R$275.689, obtendo redução da taxa de juros e alterando o seu vencimento. Em agosto de 2019 a Companhia pré pagou R$166.467 de principal e em 18 de setembro de 2019, o valor principal de R$109.222 e juros de R$2.413 foram incorporados a um novo contrato mantendo as mesmas condições do contrato original. c.5) Em março de 2017, a Companhia fez uma reestruturação da dívida, com a quitação integral de 14 contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de principal R$26.392.046 e de juros R$1.176.813, e a contratação de quatro novos contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de R$27.310.661 com prazo de sete e dez anos, conforme abaixo:

Devedor	Valor (R$)	Taxa	Vencimento
Claro S.A.	10.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	9.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	5.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	3.310.661	10,50% a.a.	14 de março de 2024

No decorrer de 2019, a Companhia efetuou pagamentos no montante de R$1.489.928, sendo antecipado o pagamento parcial destes contratos no valor de R$446.025. c.6) Em 18 de junho de 2019, a Companhia contratou empréstimo no valor total de R$158.300. Este empréstimo foi utilizado para compor o reperfilamento de passivos da Companhia. c.7) No dia 18 de setembro de 2019, a Companhia firmou com a Amov Finance B.V. um contrato de empréstimo com o refinanciamento de juros no valor de R$404.880. Este valor refere-se à parcela de juros vencidos nesta mesma data no valor de R$ 293.245 referentes aos contratos descritos no c.5), e ao saldo de principal e juros totalizando R$111.635 referentes ao contrato descrito no c.4). **Debêntures:** Em 27 de julho de 2018 a Companhia realizou a 8ª. emissão de 151.500 debêntures quirografárias (oitava emissão) privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$10.000,00, totalizando R$1.515.000 de principal, remuneradas a 105% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de janeiro de 2019, e prazo de 3 anos, com vencimento final em julho de 2021. Nesta mesma data, a controladora Claropar, adquiriu a totalidade destas debêntures.

15.2. Remuneração dos administradores:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Salário	**10.949**	9.458	**11.704**	10.716
Benefícios diretos e indiretos	**572**	506	**841**	633
Participação nos resultados	**10.308**	7.431	**10.665**	7.964
Outros	**876**	869	**876**	869
Total	**22.705**	18.264	**24.086**	20.182

16. Planos de benefício pós-emprego: Demonstrativo de movimentação na controladora e no consolidado:

a) Ativo atuarial:

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Saldo inicial	**393.675**	220.258
Outros resultados abrangentes	**2.224**	150.996
Avaliação plano benefício definido	**35.824**	22.421
Recebimentos efetuados	**(90.619)**	–
Saldo final	**341.104**	393.675
Circulante	**135.928**	–
Não circulante	**205.176**	393.675

b) Passivo atuarial:

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Saldo Inicial	**1.503.092**	1.262.926
Outros resultados abrangentes	**818.292**	177.633
Atualizações atuariais	**2.013**	2.570
Custos dos serviços e juros, líquidos	**137.925**	130.564
Pagamentos efetuados	**(89.784)**	(70.601)
Saldo final	**2.371.538**	1.503.092
Circulante	**14.563**	16.216
Não circulante	**2.356.975**	1.486.876

A Claro e sua controlada TdB são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, quais sejam: (i) Plano de Benefício Definido (“PBD”) e Plano de Assistência Médica (“AMAP”) para os aposentados participantes do PBD: A Claro; (ii) Plano de Contribuição Variável (“PCV”): A Claro e sua controlada TdB; (iii) Plano de saúde: A Claro; e (iv) Plano Gerador de Benefício Livre (“PGBL”): A Claro. A Companhia oferece plano de saúde a seus empregados, que em parte representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função da Lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego. À exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados. Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Companhia possui obrigações, no passivo não circulante, que somam R$2.356.975 em 31 de dezembro de 2019. O montante de contribuições projetadas para o AMAP no exercício de 2020 é de R$82.848. Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social (“PREVIC”), a alteração do regulamento do PBD e publicada no Diário Oficial no dia 2 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o artigo 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano. Em 31 de dezembro de 2019 a posição consolidada de participantes do PBD era: 2 ativos e 3.184 aposentados e pensionistas. A Companhia oferecia aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos. A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford. A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAÚPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014. O PCV foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 3% a 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário-base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade. Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto à Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2019, monta à importância de R$14.563 no circulante e R$1.801 no não circulante. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia firmou o primeiro termo aditivo ao termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, prorrogando o vencimento do saldo devedor por mais 10 anos, passando a vencer em dezembro de 2028. Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014. As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento. Em 31 de dezembro de 2019 a posição consolidada de participantes do PCV era: 6.407 ativos e 4.130 aposentados e pensionistas. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2020 é de R$2.415. O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano. Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados. Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, da controladora e consolidado:

Ativo (passivo) de benefícios	2019 AMAP e plano de saúde	2019 PBD	2018 AMAP e plano de saúde	2018 PBD
Valor presente das obrigações atuariais	**(2.327.881)**	**(2.729.098)**	(1.488.485)	(2.346.057)
Valor justo dos ativos	**6.990**	**4.017.288**	5.472	3.741.272
Superavit (deficit) do plano	**(2.320.891)**	**1.288.190**	(1.483.013)	1.395.215
Efeito da restrição dos ativos do plano (superavit irrecuperável)	**–**	**(947.086)**	–	(1.001.540)
Total do ativo (passivo) atuarial	**(2.320.891)**	**341.104**	(1.483.013)	393.675

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	2019 AMAP e plano de saúde	2019 PBD	2018 AMAP e plano de saúde	2018 PBD
Saldo inicial	**(1.488.485)**	**(2.346.057)**	(1.245.328)	(2.095.041)
Custo do serviço corrente	**(6.314)**	**–**	(5.524)	–
Custo dos juros	**(132.132)**	**(204.549)**	(123.559)	(203.846)
Ganho/perdas atuariais	**(789.119)**	**(436.957)**	(180.085)	(233.360)
Benefícios pagos para ativos do plano	**88.169**	**258.465**	66.011	186.190
Saldo final	**(2.327.881)**	**(2.729.098)**	(1.488.485)	(2.346.057)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	2019 AMAP e plano de saúde	2019 PBD	2018 AMAP e plano de saúde	2018 PBD
Saldo inicial	**5.472**	**3.741.272**	5.206	3.405.253
Rendimentos sobre ativos do plano	**521**	**331.514**	460	337.225
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) à taxa de desconto	**997**	**293.586**	(768)	184.984
Contribuições da patrocinadora	**88.169**	**(90.619)**	66.585	–
Benefícios pagos	**(88.169)**	**(258.465)**	(66.011)	(186.190)
Saldo final	**6.990**	**4.017.288**	5.472	3.741.272

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superavit irrecuperável):

	2019 PBD	2018 PBD
Saldo inicial	**(1.001.540)**	(1.089.954)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	**(91.140)**	(110.957)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	**145.594**	199.371
Saldo final	**(947.086)**	(1.001.540)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

Ano	AMAP e plano de saúde	PBD
2020	**87.486**	**287.171**
2021	**97.592**	**293.500**
2022	**108.051**	**240.352**
2023	**118.996**	**213.223**
2024	**130.170**	**215.222**
2025 a 2029	**810.765**	**1.083.782**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2019 AMAP e plano de saúde	2019 PBD	2018 AMAP e plano de saúde	2018 PBD
Custo do serviço corrente	**(6.314)**	**–**	(5.524)	–
Juros líquidos passivos (ativo)	**(131.611)**	**(35.824)**	(123.099)	(22.421)
	(137.925)	**(35.824)**	(128.623)	(22.421)

continua

Claro S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

continuação

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, referente ao plano PCV:

	2019		2018	
Ativo (passivo) benefícios	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Valor presente das obrigações atuariais	**(2.085.240)**	**(2.107.448)**	(1.667.230)	(1.687.558)
Valor justo dos ativos	**2.359.697**	**2.381.158**	2.075.071	2.093.483
Superávit (déficit) do plano	**274.457**	**273.710**	407.841	405.925
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	**(274.457)**	**(274.457)**	(407.841)	(407.846)
Plano de benefício ativo, líquido	**–**	**747**	–	1.921
Dívida contratada	**(16.364)**	**(16.364)**	(18.158)	(18.158)
Total do passivo atuarial	**(16.364)**	**(16.364)**	(18.158)	(18.158)

Seguem as movimentações da obrigação referente ao plano PCV:

	2019		2018	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo inicial	**(1.667.230)**	**(1.687.558)**	(1.504.149)	(1.520.539)
Custo do serviço corrente	**(613)**	**(623)**	(607)	(629)
Custo dos juros	**(145.209)**	**(146.974)**	(146.440)	(148.028)
Ganho/perdas atuariais	**(405.066)**	**(406.657)**	(136.841)	(140.603)
Benefícios pagos para ativos do plano	**132.878**	**134.364**	120.807	122.241
Saldo final	**(2.085.240)**	**(2.107.448)**	(1.667.230)	(1.687.558)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente ao plano PCV:

	2019		2018	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo inicial	**2.075.071**	**2.093.483**	1.885.472	1.900.346
Rendimentos sobre ativos do plano	**182.436**	**184.026**	185.595	187.029
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) à taxa de desconto	**231.234**	**234.179**	119.059	122.597
Contribuições da patrocinadora	**3.834**	**3.834**	5.752	5.752
Benefícios pagos	**(132.878)**	**(134.364)**	(120.807)	(122.241)
Saldo final	**2.359.697**	**2.381.158**	2.075.071	2.093.483

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano PCV (superavit irrecuperável):

	2019		2018	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo inicial	**(407.841)**	**(407.846)**	(381.323)	(381.326)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	**(37.114)**	**(37.114)**	(38.819)	(38.819)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	**170.498**	**170.503**	12.301	12.299
Saldo final	**(274.457)**	**(274.457)**	(407.841)	(407.846)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações do plano PCV:

Ano	Controladora	Consolidado
2020	**150.258**	**151.860**
2021	**153.962**	**155.599**
2022	**157.543**	**159.212**
2023	**160.933**	**162.634**
2024	**164.157**	**165.885**
2025 a 2029	**858.854**	**867.813**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para o plano PCV são:

	2019		2018	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Custo do serviço corrente	**(613)**	**(623)**	(607)	(629)
Juros líquidos passivos (ativo)	**113**	**(64)**	336	181
	(500)	**(687)**	(271)	(448)

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

(i) Taxa de desconto	7,03 % a.a.
(ii) Taxa anual de inflação a longo prazo	3,80 % a.a.
(iii) Crescimento dos custos médicos	5,30 % a 10,30 % a.a.
(iv) Crescimento dos custos médicos por faixa etária	4,00 % a.a.
(v) Custo médico anual, aos 65 anos de idade	R$13.166 (1)

(1) Baseado na experiência do plano com participantes aposentados nos exercícios de 2016 a 2018.

b) Fatores biométricos

(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (2)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	PBD AMAP e plano de saúde: CSO 80 e PCV: CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (2)
(iv) Rotatividade	Nula

(2) Tábuas específicas por sexo.

Análise de sensibilidade: As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

Mortalidade	PCV: Mudança de tábua PBD e AMAP e plano de saúde: 1 ano de crescimento da expectativa de vida
Taxa de desconto	Crescimento/redução de 1%
Crescimento dos custos médicos	Crescimento/redução de 1%

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:

	Consolidado	
	Taxa de desconto	
Plano de benefícios	**+1%**	**- 1%**
PBD	**2.530.469**	**(2.959.399)**
AMAP e plano de saúde	**2.039.258**	**(2.689.795)**
PCV	**1.921.605**	**(2.326.790)**

A natureza dos investimentos dos planos, no consolidado, está alocada como segue:

	Consolidado		
	2019		
	AMAP e plano de saúde	**PBD**	**PCV**
Ações	**–**	**0,01%**	**5,02%**
Fundos de investimento	**100,00%**	**94,35%**	**94,21%**
Investimentos imobiliários	**–**	**5,31%**	**0,00%**
Outros	**–**	**0,33%**	**0,77%**
	100,00%	**100,00%**	**100,00%**

17. Passivo de arrendamento: A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2) (Nota 3.2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**–**	**–**
Adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2)	**5.862.617**	**5.874.258**
Adições, líquidas (1)	**1.368.526**	**1.256.771**
Encargos financeiros	**499.076**	**498.600**
Pagamentos	**(1.487.974)**	**(1.485.877)**
Incorporação (2)	**1.778**	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**6.244.023**	**6.143.752**
Circulante	**1.519.640**	**1.495.140**
Não circulante	**4.724.383**	**4.648.612**

(1) Representa principalmente adições, baixas, alteração na contra prestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual. (2) Incorporação da controlada PMS pela Companhia, conforme Nota 8.

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2019:

Vencimentos das prestações	Controladora	Consolidado
2020	**1.532.621**	**1.508.270**
2021	**1.490.605**	**1.410.185**
2022	**1.306.876**	**1.309.614**
2023	**1.036.560**	**1.038.001**
2024	**779.288**	**780.010**
2025	**688.770**	**689.481**
Posterior a 2025	**1.415.540**	**1.417.169**
Valores não descontados	**8.250.260**	**8.152.730**
Juros embutidos	**(2.006.237)**	**(2.008.978)**
	6.244.023	**6.143.752**

Considerando os fluxos nominais incorporando a inflação futura projetada de 3,6% e um prazo médio 7 anos descontados pela taxa incremental nominal, a Companhia teria em 31 de dezembro de 2019, um incremento líquido de passivo de arrendamento de R$316.079 na controladora e de R$309.418 no consolidado. **18. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito da Companhia na controladora e consolidado foi de R$18.738.787 (R$18.722.518 em 31 de dezembro de 2018), composto por ações nominativas e sem valor nominal, dividido em 88.604.331 (88.514.514 em 31 de dezembro de 2018), sendo 48.419.638 ações ordinárias e 40.184.693 ações preferenciais. Em 30 de setembro de 2019, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia no valor de R$16.269 a ser implementado por meio da capitalização de parcelas da reserva especial de ágio da Companhia nos valores de R$9.133 e R$7.136, a ser realizada em proveito exclusivo de sua acionista controladora, Claro Telecom Participações S.A., nos termos da Instrução CVM nº 319/99, mediante à emissão de 89.817 novas ações de emissão da Companhia, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia e o valor do capital social passou de R$18.722.518 para R$18.738.787. b) Reserva de capital: Em 30 de setembro de 2019, foi deliberado em Ata de reunião do Conselho de Administração o aumento de capital na Companhia no montante de R$16.269 oriundos de duas parcelas de reserva especial de ágio nos valores R$9.133 e R$7.136, mediante emissão de 89.817 ações nominativas e sem valor nominal. c) Reserva de incentivo fiscal: Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda contabilizados no resultado do exercício e transferidos para a reserva de incentivo fiscal. Em conformidade ao Artigo 195-A da Lei 6.404/76 a parcela do lucro incentivada deve ser excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízo. Como a Companhia apresenta prejuízo acumulado, o lucro líquido do exercício foi absorvido pelo prejuízo acumulado, não havendo distribuição de dividendos. d) Outros resultados abrangentes: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuariais e reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior.

19. Receita operacional, líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receita bruta de serviços	**45.722.832**	39.616.968	**46.450.560**	42.847.502
Receita bruta de aparelhos	**1.651.800**	1.485.765	**1.652.119**	1.485.765
Deduções de vendas:				
Tributos	**(10.838.819)**	(10.232.721)	**(11.014.666)**	(10.674.115)
Descontos	**(1.879.200)**	(1.348.144)	**(1.883.650)**	(1.359.043)
Devoluções	**(18.316)**	(19.352)	**(18.317)**	(19.352)
Receita operacional, líquida	**34.638.297**	29.502.516	**35.186.046**	32.280.757

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. **20. Custos e despesas por natureza:** As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	**(19.040.051)**	(19.433.535)	**(19.477.358)**	(19.923.232)
Despesas comerciais	**(7.282.743)**	(6.912.146)	**(7.232.620)**	(6.966.382)
Despesas gerais e administrativas	**(2.695.932)**	(2.266.587)	**(2.883.256)**	(2.322.744)
Outras receitas operacionais, líquidas	**520.875**	3.318.629	**561.607**	1.853.194
	(28.497.851)	(25.293.639)	**(29.031.627)**	(27.359.164)
Serviços de terceiros	**(6.931.700)**	(6.289.167)	**(6.735.668)**	(6.135.310)
Depreciação e amortização	**(7.677.199)**	(7.267.525)	**(7.793.072)**	(7.467.535)
Mão de obra própria	**(3.449.674)**	(3.347.757)	**(3.819.722)**	(3.668.555)
Interconexão	**(1.254.154)**	(1.617.851)	**(1.406.102)**	(1.739.724)
Canais de conteúdo	**(4.011.630)**	(3.796.460)	**(4.123.343)**	(3.972.493)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	**(1.228.647)**	(1.158.888)	**(1.208.332)**	(1.136.168)
Taxas e contribuições	**(1.265.421)**	(1.278.748)	**(1.271.871)**	(1.207.386)
Aluguéis	**(83.147)**	(1.330.811)	**(81.413)**	(1.334.369)
Publicidade	**(765.713)**	(986.040)	**(767.431)**	(986.867)
Provisão para perdas de crédito esperadas (1)	**(1.172.207)**	(1.195.918)	**(1.177.738)**	(1.199.898)
Reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS (2)	**–**	1.353.058	**–**	1.353.058
Provisão para contingências, líquidas (3)	**–**	(1.021.381)	**–**	(1.022.884)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	**(658.359)**	2.643.849	**(646.935)**	1.158.967
	(28.497.851)	(25.293.639)	**(29.031.627)**	(27.359.164)

(1) Compreende, também, outras perdas com contas a receber. (2) Conforme descrito na Nota 7.1, em virtude ao registro do crédito referente à exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS incluem R$138.776 de principal (ação judicial transitada em julgada em agosto de 2018) e R$1.214.282 de principal (em dezembro de 2018). (3) Conforme descrito na Nota 14.1, em virtude de recente decisão judicial favorável à Companhia, foi revertida a provisão de contingências, relativa à exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e COFINS, no montante de R$1.514.830 de principal. Adicionalmente, foram reconhecidas provisões para contingências.

21. Resultado financeiro, líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receitas financeiras				
Receitas com operações financeiras	**801.973**	367.236	**798.229**	363.210
Atualização dos créditos dos PIS e COFINS (1)	**–**	1.400.176	**–**	1.400.176
Variações monetárias, líquidas	**42.281**	–	**42.445**	–
	844.254	1.767.412	**840.674**	1.763.386
Despesas financeiras				
Despesas com operações financeiras e juros	**(4.342.741)**	(4.861.709)	**(4.348.802)**	(4.896.318)
Reversão de provisão de atualização monetária (2)	**–**	801.623	**–**	801.623
Variações cambiais, líquidas	**(103.214)**	(543.642)	**(102.427)**	(543.386)
Variações monetárias, líquidas	**–**	(25.792)	**–**	(26.712)
	(4.445.955)	(4.629.520)	**(4.451.229)**	(4.664.793)
	(3.601.701)	(2.862.108)	**(3.610.555)**	(2.901.407)

(1) Conforme descrito na Nota 7.1, em virtude ao registro do crédito referente à exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, incluem as atualizações monetárias líquidas no montante de R$193.878 (ação judicial transitada em julgada em agosto de 2018) e R$ 1.206.298 (em dezembro de 2018). (2) Conforme descrito na Nota 14.1, em virtude de decisão judicial favorável à Companhia, foi revertida a provisão de contingências, relativa à exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e COFINS, no montante de R$801.623 de atualização monetária. **22. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Corrente				
Imposto de renda	**(252.789)**	(301.484)	**(272.746)**	(412.866)
Contribuição social	**(98.507)**	(175.910)	**(101.145)**	(211.547)
	(351.296)	(477.394)	**(373.891)**	(624.413)
Diferidos				
Imposto de renda	**(297.073)**	36.406	**(290.697)**	(20.841)
Contribuição social	**(106.847)**	12.642	**(106.320)**	(7.894)
	(403.920)	49.048	**(397.017)**	(28.735)
	(755.216)	(428.346)	**(770.908)**	(653.148)

Algumas controladas da Companhia possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas no montante total de R$224.486 em 31 de dezembro de 2019 (R$224.768 em 31 de dezembro de 2018), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.527.765**	1.795.151	**2.543.533**	2.020.156
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	**(859.440)**	(610.351)	**(864.801)**	(686.853)
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	**(3.733)**	152.450	**(113)**	(10)
Perdas com recebíveis	**662**	154.451	**662**	154.451
Juros sobre capital próprio	**–**	(11.900)	**–**	(6.800)
Prejuízos fiscais não constituídos contabilmente	**–**	–	**(2.128)**	1.666
Provisão para contingências (IRPJ/CSLL)	**74.809**	(99.252)	**74.807**	(99.252)
Lucro da exploração (1)	**26.383**	–	**26.383**	–
Outras exclusões	**6.103**	(13.744)	**(5.718)**	(16.350)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício	**(755.216)**	(428.346)	**(770.908)**	(653.148)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(351.296)**	(477.394)	**(373.891)**	(624.413)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(403.920)**	49.048	**(397.017)**	(28.735)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(755.216)**	(428.346)	**(770.908)**	(653.148)
Taxa efetiva	**-29,9%**	-23,9%	**-30,3%**	-32,3%

(1) Em 2019 a Companhia passou a utilizar o Benefício Fiscal Lucro da Exploração. Este benefício concede uma redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Nordeste.

23. Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos: a) Valores estimados de mercado: Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas. Os saldos de mútuos com partes relacionadas aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes. Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo. O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período. Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI. Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

		Consolidado		
		31/12/2019		
	Classificação	**Hierarquia de valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**Nível 1**	**197.038**	**197.038**
Contas a receber	**(2)**	**Nível 2**	**4.847.354**	**4.847.354**
Depósitos judiciais	**(1)**	**Nível 1**	**3.383.832**	**3.383.832**
			8.428.224	**8.428.224**
Passivo				
Fornecedores e outras contas a pagar	**(2)**	**Nível 2**	**9.782.759**	**9.782.759**
Passivo de arrendamento	**(2)**	**Nível 2**	**4.648.612**	**4.648.612**
Mútuos com partes relacionadas	**(2)**	**Nível 2**	**21.236.610**	**28.125.268**
Notas promissórias	**(2)**	**Nível 2**	**2.455.078**	**2.466.684**
Debêntures	**(2)**	**Nível 2**	**3.633.503**	**3.644.475**
Debêntures com partes relacionadas	**(2)**	**Nível 2**	**1.551.245**	**1.556.150**
			43.307.807	**50.223.948**

(1) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado; (2) Custo amortizado.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados: b) Gestão de capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	2019	**2018**
Caixa e equivalentes de caixa	**197.038**	92.114
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**(6.088.581)**	(5.081.662)
Endividamento líquido	**5.891.543**	4.989.548
Patrimônio líquido	**16.336.694**	15.108.836
	36,1%	33,0%

c) Risco de taxa de câmbio: Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar		
Cenário I - Provável	Dólar - 5%:	R$ 3,8292
Cenário II	Dólar - 25%:	R$ 3,0230
Cenário III	Dólar - 50%:	R$ 2,0154
Risco de alta do dólar		
Cenário I	Dólar + 5%:	R$ 4,2322
Cenário II	Dólar + 25%:	R$ 5,0384
Cenário III	Dólar + 50%:	R$ 6,0461

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras, consolidadas:

		Ganho/(perda)		
Operação	**Posição em 31/12/2019**	**Cenário I provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Queda do dólar U$$				
Fornecedores	**353.433**	**17.672**	**88.358**	**176.717**
Outros (Ativos-Passivos)	**(34.292)**	**(1.715)**	**(8.573)**	**(17.146)**
		15.957	**79.785**	**159.571**
Alta do dólar U$$				
Fornecedores	**353.433**	**(17.672)**	**(88.358)**	**(176.717)**
Outros (Ativos-Passivos)	**(34.292)**	**1.715**	**8.573**	**17.146**
		(15.957)	**(79.785)**	**(159.571)**

d) Risco da taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

Cenário	**Cenário I**	**Cenário II**
CDI em 31/12/2019	CDI + 20%	CDI - 20%
4,40%	5,28%	3,52%

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

		Ganho/(perda)	
Operação	**Posição em 31/12/2019**	**Cenário I**	**Cenário II**
Dívida indexada a CDI	R$6.088.581	(73.296)	77.646

A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. e) Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares ("*dealers*") e distribuidores de cartões pré-pago. A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições. O risco de crédito com relação às contas a receber de serviços de telefonia móvel celular é diversificado. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL. A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantém limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência. A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais. f) Risco de liquidez: O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida de longo prazo existente em 31 de dezembro de 2019:

Ano	Consolidado
2021	**1.461.922**
2022	**3.093.156**
	4.555.078

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. **24. Compromissos:** A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex*, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de dezembro de 2019, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	Controladora	Consolidado
2020	**1.482.103**	**1.502.115**
2021 a 2024	**2.070.289**	**2.070.289**
2025 a 2029	**2.132.038**	**2.132.038**
Total	**5.684.430**	**5.704.442**

25. Seguros: A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R$1.305.500 abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **26. Outras garantias:** A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R$13.525.766 na controladora e R$13.612.509 no consolidado em 31 de dezembro de 2019 (R$10.664.138 na controladora e R$10.872.537 no consolidado em 31 de dezembro de 2018). **27. Eventos subsequentes:** a) Debêntures: Em 02 de janeiro de 2020 foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") da Companhia a 10ª emissão de 2.500.000 debêntures quirografárias (décima emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$1.000,00 (hum mil reais), totalizando R$2.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 0,96% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de julho de 2020, e prazo de 2 anos, com vencimento final em janeiro de 2022. As debêntures emitidas não têm a garantia. b) Efeito do Coronavírus (COVID-19) nas Demonstrações Financeiras: Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitiu o OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, no qual destaca a importância de as Companhias abertas considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis. Na data da emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia e suas controladas não vislumbram riscos à continuidade de seus negócios. Não é possível mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do COVID-19.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Daniel Hajj Aboumrad - Presidente
Carlos José García Moreno Elizondo - Vice-Presidente
Alejandro Cantú Jiménez - Membro
Oscar von Hauske Solis - Membro
Alberto de Orleans e Bragança - Membro
José Formoso Martínez - Membro
José Antônio Guaraldi Félix - Membro

DIRETORIA

José Antônio Guaraldi Félix - Diretor Presidente
José Formoso Martínez - CEO Mercado Empresarial
Roberto Catalão Cardoso - Diretor Executivo Administrativo e Financeiro
Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho - Diretor Executivo Jurídico e Regulatório
Rodrigo Marques de Oliveira - Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional
Daniel Feldmann Barros - CEO Mercado Residencial
Paulo Cesar Pereira Teixeira - CEO Mercado Pessoal

DIRETORA DE CONTABILIDADE

Márcia Motta Sá

CONTADOR

Ricardo Basso Gaino
Gerente de Contabilidade
CRC - PR-040021/O-0-S-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Claro S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2020

Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Luiz Carlos Marques
Contador - CRC-1SP147693/O-5